



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

Referência: PGEA nº 1.33.000.000866/2026-61

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 05/2026

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Procuradoria da República em Santa Catarina, por intermédio da Supervisão de Licitações e Disputas Eletrônicas, realizará **Dispensa de Licitação Eletrônica, com critério de julgamento Menor Preço por Item, na hipótese do art. 75, inciso I**, nos termos da [Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021](#), [Portaria PGR/MPU nº 148, de 7 de dezembro de 2022](#), [Portaria PGR/MPU Nº 100, de 31 de Maio de 2023](#), [Portaria PGR/MPU nº 38, de 16 de março de 2023](#), [Portaria PGR/MPU Nº 178, de 13 de Setembro de 2023](#), [Portaria PGR/MPU Nº 28, de 16 de Março de 2023](#), e demais legislação aplicável, e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 14 de Maio de 2026;

Horário da Fase de Lances: 08:00h às 14:00h. (A convocação para a apresentação das propostas ajustadas ao valor final, após a fase de lances, ocorrerá, no dia 14/05/2026, às 14:00 h, horário de Brasília)

Link para cadastramento da proposta e para a sessão: [Portal de Compras do Governo Federal](http://portal.compras.gov.br) - www.gov.br/compras.

1 DO OBJETO

- 1.1 O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação, por dispensa de licitação, de empresa especializada para realização de pequenas adequações arquitetônicas internas na sede do Ministério Público Federal - MPF, localizada no Edifício Luiz Elias Daux, avenida Paschoal Apóstolo Pitsica, 4876, Agrônoma, Florianópolis – SC, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.
- 1.2 O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.
- 1.3 A dispensa de licitação será realizada em único item.
- 1.4 Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Compras.gov e as especificações e descrições constantes no Termo de Referência, prevalecerão as do Termo de Referência e seus anexos.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

2 DA PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

- 2.1 Poderão participar deste certame os interessados que explorem ramo de atividade compatível com o objeto licitado (Acórdão TCU nº 503/2021 – Plenário), que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
- 2.2 A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico www.gov.br/compras.
- 2.2.1 O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - SICAF, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.
- 2.2.2 O Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo aplicativo Compras.gov.br.
- 2.2.3 O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.
- 2.3 **A participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 49, inciso IV, c/c o art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.**
- 2.3.1 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o fornecedor apresentar Declaração de observância desta condição junto a sua proposta (ANEXO V).
- 2.4 **Deverá ser observado o estabelecido no subitem 7.13 do Termo de Referência, relativo às OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:**
- 2.4.1 **A CONTRATADA DEVERÁ COMPROVAR, ATÉ A DATA DE INÍCIO DOS SERVIÇOS, QUE POSSUI, NA REGIÃO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS, SEDE, FILIAL OU ESCRITÓRIO REGULARMENTE CONSTITUÍDO** e apto a prestar suporte efetivo à execução contratual, de modo a assegurar interlocução presencial com a fiscalização, atendimento tempestivo às demandas relacionadas ao objeto, comparecimento célere ao local dos serviços, quando necessário, e adoção



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

imediate das providências requeridas para correção de falhas, realização de ajustes e tratamento das demais intercorrências verificadas durante a execução.

2.5 Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

- 2.5.1 Aquele que não atenda às condições deste Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
- 2.5.2 Sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da dispensa;
- 2.5.3 Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 2.5.4 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta, observando-se, para tanto, o seguinte:
 - 2.5.4.1 Empresas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, ou conste do cadastro do SICAF, pelo órgão que o praticou, bem como, as que tenham sido impedidas de contratar e licitar com a Administração Pública Federal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, ou conste do cadastro no SICAF, e, ainda, as que tenham sido punidas com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Procuradoria da República em Santa Catarina;
 - 2.5.4.2 Será, também, realizada verificação de existência de registros impeditivos no **Cadastro Nacional de empresas inidôneas e suspensas – CEIS da Controladoria Geral da União**, no **Cadastro de Licitantes Inidôneos do Tribunal de Contas da União** e no **Cadastro Nacional de condenações cíveis por improbidade administrativa do Conselho Nacional de Justiça**, conforme determinação do item 9.5.1.5 do Acórdão TCU nº 1793/2011-Plenário;
 - 2.5.4.2.1 A consulta aos cadastros poderá ser realizada em nome do fornecedor e também de seu(s) sócio(s) majoritário(s), por força do artigo 12, da Lei nº 8.429/92, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;
 - 2.5.4.2.2 Caso conste, na consulta ao SICAF do fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a administração diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

- 2.5.4.2.3 A tentativa de burla ao certame será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;
- 2.5.4.2.4 O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
- 2.5.4.3 O impedimento aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor.
- 2.5.5 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na dispensa de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.5.6 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.5.7 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.5.8 Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 2.5.9 Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.
- 2.5.10 Sociedades cooperativas.
- 2.5.11 **Empresas prestadoras de serviços das quais membro ou servidor ocupante de cargo de direção, chefia e assessoramento do Ministério Público Federal, ou ainda seu cônjuge, companheiro(a) ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, sejam sócios, gerentes ou diretores**, conforme dispõe o art.3º da Resolução nº 37, de 28 de abril de 2009, do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, conforme declarado nos termos constantes do modelo anexo a este edital;
- 2.6 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL****PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**

- 2.6.1 A vedação estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3 DO INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

- 3.1 O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.
- 3.1.1 Os valores propostos deverão conter, no máximo, **dois algarismos após a vírgula**, salientando-se que os algarismos que porventura ocorram após este limite serão desconsiderados.
- 3.2 O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.
- 3.2.1 O fornecedor não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 3.2.2 Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.
- 3.3 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ofertado, vinculam a Contratada.
- 3.4 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;
- 3.4.1 A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 3.4.2 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 3.5 Se o regime tributário da empresa implicar no recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL****PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**

- 3.6 Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.
- 3.7 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 3.8 **O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 3.9 No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 3.9.1 Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
 - 3.9.2 Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021;
 - 3.9.3 Que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
 - 3.9.4 Que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;
 - 3.9.5 Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.
 - 3.9.6 Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
 - 3.9.7 Que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.
- 3.10 O fornecedor deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.
- 3.11 O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL****PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**

tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.12 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável.

3.12.1 Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.

3.12.2 Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;

3.12.3 O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

3.12.4 O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

4 DA FASE DE LANCES

4.1 A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização dos lances, também já previsto neste aviso.

4.2 Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.2.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

4.2.2 Os valores propostos deverão conter, no máximo, dois algarismos após a vírgula, salientando-se que os algarismos que porventura ocorram após este limite serão desconsiderados.

4.3 O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.3.1 O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

4.3.2 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de 1% (um por cento).

- 4.4 Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.
- 4.5 Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 4.6 Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou do maior desconto registrado, vedada a identificação do fornecedor.
- 4.7 Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.
- 4.7.1 O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.
- 4.8 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais.
- 4.8.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 4.8.1.1 Disputa final, hipótese em que os fornecedores empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 4.8.1.2 Avaliação do desempenho contratual prévio dos fornecedores, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 4.8.1.3 Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento; (Decreto nº 11.430/2023)
- 4.8.1.4 Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle, estabelecidas pelo Decreto nº 12.304/2024.
- 4.8.1.4.1 Para fins de comprovação será considerada a declaração apresentada pelo licitante de que desenvolve Programa de Integridade, no momento da apresentação da proposta no processo licitatório, que será obtida por meio de:
- a) Resultado da autoavaliação do licitante no Pacto Brasil pela Integridade Empresarial - Pacto Brasil, instituído pela Controladoria-Geral da União, realizada nos últimos vinte e quatro meses, com a indicação de que a pessoa jurídica possui as medidas mínimas



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

para adoção de um programa de integridade e autorizou a divulgação do relatório da autoavaliação em transparência ativa, na página eletrônica do Pacto Brasil (<https://centralpaineis.cgu.gov.br/visualizar/pactobrasil>);

- b) Lista de empresas reconhecidas na edição vigente do Programa Empresa Pró-Ética, da Controladoria-Geral da União (<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/integridade-privada/avaliacao-e-promocao-da-integridade-privada/empresa-pro-etica>); ou
- c) Certidão ou documento de avaliação de Programa de Integridade ocorrida nos últimos vinte e quatro meses pela Controladoria-Geral da União ou por outro órgão ou entidade pública federal, estadual, distrital ou municipal, desde que realizada com base em metodologia de avaliação compatível com a estabelecida na Portaria Normativa SE/CGU nº 226/2025.

4.8.1.4.2 O licitante será responsabilizado administrativamente, nos termos do disposto no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, e do art. 20 do Decreto nº 12.304/2024 por apresentar declaração falsa para fazer jus ao critério de desempate.

4.8.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

4.8.2.1 Empresas brasileiras;

4.8.2.2 Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

4.8.2.3 Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

4.8.3 Após a adoção dos critérios de desempate anteriores, persistindo o empate, será realizada sessão pública, entre os fornecedores empatados, por meio da plataforma Zoom, adotando-se o seguinte procedimento, enquanto o sistema Compras.gov não disponibilizar a realização de sorteio para essa situação:

- a) O Agente de Contratação criará a reunião na plataforma Zoom, disponibilizando o link da reunião no chat da sessão pública da licitação, para acesso a qualquer dos fornecedores;
- b) A sessão será gravada, para fins de instrução processual e transparência;
- c) Após aberta a reunião na plataforma Zoom, o Agente de Contratação aguardará um prazo de 5 (cinco) minutos para que os interessados possam adentrar à reunião;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

- d) Passado o prazo anterior, o Agente de Contratação informará qual a numeração corresponderá a cada fornecedor que participará do sorteio, realizando, em seguida, o sorteio por meio do site <https://www.random.org/>;
- e) Após realizado o sorteio, o Agente de Contratação comunicará, no chat da sessão, qual o fornecedor vencedor do sorteio, que será aquele que seja convocado a apresentar sua proposta ajustada e demais procedimentos relativos ao julgamento da proposta e análise dos documentos de habilitação.

5 DA FASE DE JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

5.1 O critério de julgamento adotado será o menor preço por item, observadas as exigências contidas neste Aviso de Dispensa Eletrônica e seus anexos.

5.2 Encerrada a etapa de lances, o Agente de Contratação verificará se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2 deste Aviso, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) **SICAF**;
- b) **Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP**, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);
- c) **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS**, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);
- d) **Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa**, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no sítio http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;
- e) **Relação de licitantes inidôneas do Tribunal de Contas da União – TCU**, no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:INIDONEOS>.

5.2.1 As consultas aos cadastros referidos acima podem ser supridas por meio da **Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União** (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>), em conjunto com a **Certidão Negativa Correccional (CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)** (<https://certidoes.cgu.gov.br/consulta-inicial>).

5.2.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

- 5.3 Caso conste na Consulta de Situação do fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o órgão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)
- 5.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
- 5.3.2 O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
- 5.3.3 Constatada a existência de sanção, a proposta será recusada, por falta de condição de participação do fornecedor.
- 5.4 Considerando tratar-se de contratação exclusiva para empresas do porte ME/EPP, o Agente de Contratação verificará se o fornecedor faz jus ao benefício de participação.
- 5.4.1 Caso o fornecedor não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício, a proposta será desclassificada.
- 5.5 Caso atendidas as condições de participação, será iniciada a verificação da conformidade da proposta do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar.
- 5.6 Encerrada a fase de lances e as condições de participação do fornecedor, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.
- 5.7 No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.
- 5.7.1 Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.
- 5.7.2 A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.
- 5.7.3 Sempre que convocado, o licitante detentor da proposta vencedora terá o prazo de máximo de 30 (trinta) minutos, contado da solicitação no sistema, para responder à convocação de negociação.
- 5.8 Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

5.9 Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitado ao fornecedor o **envio da proposta adequada ao último lance ofertado ou ao valor negociado** ([conforme modelo disponibilizado no Anexo II deste aviso de contratação direta](#)), acompanhada das seguintes declarações:

5.9.1 Planilha Orçamentária (Preço Máximo Aceitável e Modelo para Apresentação de Proposta), conforme [modelo disponível no Apêndice II do Termo de Referência](#), em formato PDF e editável, para efeito de avaliação de exequibilidade.

5.9.2 Cronograma Físico-Financeiro, conforme [modelo disponível no Apêndice III do Termo de Referência](#), em formato PDF e editável.

5.9.3 Declaração de Regularidade, nos termos art. 3º da **Resolução/CNMP nº 37/2009** (modelo disponível no ANEXO III deste aviso);

5.9.4 Declaração de Regularidade Social (modelo disponível no ANEXO IV deste aviso);

5.9.5 Declaração por Não Ultrapassar a Receita Bruta Máxima Admitida para Enquadramento como EPP, no exercício, em contratos firmados com a Administração Pública (§ 2º, do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021. (modelo disponível no ANEXO V deste aviso);

5.9.6 Se for o caso, Declaração de Optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições Devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) - (modelo disponível no ANEXO VI deste aviso)

5.10 Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.10.1 Contiver vícios insanáveis;

5.10.2 Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

5.10.3 Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação, observando-se, ainda:

5.10.3.1 Após o encerramento da etapa de lances, as propostas que contiverem valor acima do valor máximo aceitável para a contratação (Acórdão nº 1455/2018 – TCU – Plenário) serão desclassificadas, podendo o pregoeiro, ainda nesta situação, antes da desclassificação da proposta do licitante que apresentou o lance mais vantajoso, encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao referido licitante, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

- 5.10.3.2 A não determinação dos valores para quaisquer itens da planilha orçamentária será interpretado como liberalidade da empresa em não repassar tais custos para o contrato, mantendo-o exequível. Desta forma, a ausência de cotações para determinados itens da planilha **NÃO SÃO MOTIVOS PARA DESCLASSIFICAÇÃO DE LICITANTE** e esse, caso venha a ser contratado, **NÃO PODERÁ ALEGAR TER SE EQUIVOCADO NA COTAÇÃO DOS PREÇOS**, tendo que suportar o ônus de sua proposta, sob pena de responsabilização, nos termos da legislação vigente. (Acórdão TCU nº 1.092/2010 – 2ª. Câmara).
- 5.10.4 Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 5.10.5 Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
- 5.11 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 5.12 A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Agente de Contratação, que comprove:
- 5.12.1 Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 5.12.2 Que inexistem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 5.13 Considerando a contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
- 5.13.1 Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semiintegrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 5.13.2 No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexecuíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- 5.14 Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.
- 5.15 Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semiintegrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

5.16 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.16.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.16.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.17 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.18 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.19 Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

5.20 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6 DA HABILITAÇÃO

6.1 Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances.

6.1.1 A habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

6.1.1.1 É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

6.1.1.2 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

6.2 A habilitação será verificada por meio do SICAF, sendo que deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

6.2.1 Habilitação Jurídica:

- 6.2.1.1 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 6.2.1.2 Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16/200g, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 6.2.1.3 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 6.2.1.4 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.
- 6.2.1.5 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 6.2.1.6 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 6.2.1.7 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

6.2.2 Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:

- 6.2.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.
- 6.2.2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

- 6.2.2.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 6.2.2.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 6.2.2.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 6.2.2.6 Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;[
- 6.2.2.7 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

6.2.3 Qualificação Econômico-Financeira:

- 6.2.3.1 Não será exigida qualificação econômico-financeira, considerando o objeto não exigir a mesma (inciso IX, do art. 18, da Lei nº 14.133/2021);

6.2.4 Qualificação Técnica:

6.2.4.1 As exigências relativas à qualificação técnica estão pormenorizadas no item 10.10 do Termo de Referência.

- 6.3 Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do SICAF, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação. (art. 19, § 3º, da IN Seges/ME nº 67, de 2021)
- 6.4 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 6.5 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 6.6 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL****PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**

atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

- 6.7 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 6.8 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
- 6.9 Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.
- 6.9.1 Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação
- 6.10 Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7 DA CONTRATAÇÃO

- 7.1 Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.
- 7.2 O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.
- 7.2.1 A assinatura eletrônica do Termo de contrato, deverá ocorrer no sistema de peticionamento eletrônico do MPF.
- 7.2.2 O adjudicatário deverá realizar cadastro para solicitação de Senha e Login, no portal “Petição e Assinaturas do MPF”, site: <https://apps.mpf.mp.br/spe/login>.
- 7.3 O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 7.4 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:
- 7.4.1 A referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL****PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**

7.4.2 A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

7.4.3 A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

7.5 O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

7.6 Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8 DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 Comete infração administrativa, o participante da dispensa de licitação que, com dolo ou culpa, incorrer em quaisquer das condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril 2021, relacionadas a seguir:

8.2 **Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo agente de contratação durante o certame.**

8.2.1 **Nível:** 3 - Relevante;

8.2.2 **Sanção:**

8.2.2.1 **Impedimento de licitar e contratar:** prazo de 04 a 08 meses.

8.2.2.2 **Multa sancionatória:** percentual de 6% a 12%, calculado sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor.

8.3 **Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:**

- A. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- B. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- C. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- D. Deixar de apresentar amostra;
- E. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

8.3.1 **Nível:** 3 - Relevante;

8.3.2 **Sanção:**



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

- 8.3.2.1 **Impedimento de licitar e contratar:** prazo de 04 a 08 meses.
- 8.3.2.2 **Multa sancionatória:** percentual de 6% a 12%, calculado sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor.
- 8.4 **Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ou**
- 8.4.1 **Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;**
- 8.4.2 **Nível:** 4 - Grave;
- 8.4.3 **Sanção:**
- 8.4.3.1 **Impedimento de licitar e contratar:** prazo de 12 a 24 meses.
- 8.4.3.2 **Multa sancionatória:** percentual de 8% a 16%, calculado sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor.
- 8.5 **Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa de licitação.**
- 8.5.1 **Nível:** 5 - Muito Grave;
- 8.5.2 **Sanção:**
- 8.5.2.1 **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta de todos os entes federativos,** pelo prazo mínimo de 36 meses e máximo 72 meses.
- 8.5.2.2 **Multa sancionatória:** percentual de 10% a 20%, calculado sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor.
- 8.6 **Fraudar a dispensa de licitação.**
- 8.6.1 **Nível:** 5 - Muito Grave;
- 8.6.2 **Sanção:**
- 8.6.2.1 **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta de todos os entes federativos,** pelo prazo mínimo de 36 meses e máximo 72 meses.
- 8.6.2.2 **Multa sancionatória:** percentual de 10% a 20%, calculado sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor.
- 8.7 **Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:**



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

- A. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- B. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- C. Apresentar amostra falsificada.

8.7.1 **Nível:** 5 - Muito Grave;

8.7.2 **Sanção:**

8.7.2.1 **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta de todos os entes federativos**, pelo prazo mínimo de 36 meses e máximo 72 meses.

8.7.2.2 **Multa sancionatória:** percentual de 10% a 20%, calculado sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor.

8.8 **Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da dispensa de licitação.**

8.8.1 **Nível:** 5 - Muito Grave;

8.8.2 **Sanção:**

8.8.2.1 **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta de todos os entes federativos**, pelo prazo mínimo de 36 meses e máximo 72 meses.

8.8.2.2 **Multa sancionatória:** percentual de 10% a 20%, calculado sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor.

8.9 **Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.**

8.9.1 **Nível:** 5 - Muito Grave;

8.9.2 **Sanção:**

8.9.2.1 **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta de todos os entes federativos**, pelo prazo mínimo de 36 meses e máximo 72 meses.

8.9.2.2 **Multa sancionatória:** percentual de 10% a 20%, calculado sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor.

8.10 **Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):**

- 8.10.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 8.10.2 As peculiaridades do caso concreto;
- 8.10.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

8.10.4 Os danos que dela provierem para o Contratante;

8.10.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.11 A tabela a seguir apresenta a dosimetria das sanções administrativas a serem aplicadas em conformidade com os níveis de gravidade das infrações previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021 e conforme estabelecido nos artigos 32 a 38 da Portaria PGR/MPU nº 178/2023. As infrações foram classificadas em cinco níveis de gravidade, e para cada nível são definidos os valores base das multas e dos períodos de impedimento ou inidoneidade.

Nível de Gravidade	Valor da Multa	Prazo de Impedimento / Inidoneidade
Nível 1 - Leve	Até 5%	Não aplicável
Nível 2 - Moderada	Base de 6%, variando entre 4% e 8%	Base de 3 meses, variando entre 2 e 4 meses
Nível 3 - Relevante	Base de 9%, variando entre 6% e 12%	Base de 6 meses, variando entre 4 e 8 meses
Nível 4 - Grave	Base de 12%, variando entre 8% e 16%	Base de 18 meses, variando entre 12 e 24 meses
Nível 5 - Muito Grave	Base de 15%, variando entre 10% e 20%	Base de 42 meses, variando entre 36 e 72 meses

8.11.1 As sanções aplicadas serão ajustadas conforme as particularidades de cada caso concreto, respeitando os princípios da proporcionalidade e razoabilidade. As variações nos valores das multas e nos períodos de impedimento/inidoneidade serão determinadas com base nas circunstâncias agravantes e atenuantes. Essas circunstâncias são definidas nos artigos 35 e 36 da Portaria PGR/MPU nº 178/2023, e serão aplicadas sobre os valores base para o cálculo do valor final das sanções.

8.12 A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

- 8.13 Todas as sanções previstas neste instrumento poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 8.13.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 8.13.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 8.13.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 8.14 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao participante da dispensa de licitação ou Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 8.14.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos participantes da dispensa de licitação, **as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.**
- 8.14.2 **Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.**
- 8.15 Quando for o caso de aplicação exclusiva de pena de advertência ou multa, não havendo produção de provas, após a defesa preliminar, o processo será sumário, nos termos da Portaria PGR/MPU nº178, de 13/09/23, art. 3º, inciso V e Art. 46.
- 8.16 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 3 (três) servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o participante da dispensa de licitação ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa preliminar e especificar as provas que pretenda produzir.
- 8.17 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

- 8.18 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 8.19 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.20 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 8.21 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 8.22 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
- 8.23 Os parâmetros para a aplicação de penalidades nas infrações cometidas em certames licitatórios e contratos administrativos no âmbito do Ministério Público Federal, que serão levados em consideração durante toda a vigência da contratação, estão estabelecidos na **Portaria PGR/MPU Nº 178, de 13 de Setembro de 2023**, que *“Dispõe sobre o procedimento preliminar e o processo de apuração de responsabilidade e aplicação das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, aos licitantes e contratados, no âmbito do Ministério Público da União e da Escola Superior do Ministério Público da União”*.
- 8.24 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência, anexo a este Instrumento.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

9 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 9.1 O resultado deste procedimento será publicado no [Portal da Transparência do MPF](#) e no [Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP](#).
- 9.2 No caso de não comparecimento de fornecedores (procedimento deserto) ou de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:
- 9.2.1 Republicar o presente aviso com uma nova data;
- 9.2.2 Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas;
- 9.2.2.1 No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.
- 9.2.3 As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).
- 9.2.4 Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.
- 9.3 Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.**
- 9.4 Caberá ao fornecedor acompanhar as mensagens recebidas pelo endereço eletrônico informado na sua proposta, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens encaminhadas pela Administração.
- 9.5 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.
- 9.6 Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.
- 9.7 No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica,

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL****PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**

mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

- 9.8 As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 9.9 Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
- 9.10 Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.
- 9.11 A comunicação com a Supervisão de Licitações e Disputas Eletrônicas poderá ser efetuada por meio do endereço eletrônico PRSC-licitacoes@mpf.mp.br, ou pelo telefone (48) 2107-2449, das 13:00h às 18:00h.
- 9.12 **Pedidos de esclarecimentos poderão ser realizados até 2 (dois) dias úteis antes da data do encerramento do envio das propostas, por meio do endereço eletrônico PRSC-licitacoes@mpf.mp.br.**
- 9.13 Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 9.13.1 ANEXO I - Termo de Referência;
 - 9.13.2 [ANEXO II - Modelo de Proposta Final](#);
 - 9.13.3 ANEXO III - Modelo de Declaração de Regularidade – CNMP Nº 37/2009;
 - 9.13.4 ANEXO IV - Modelo de Declaração de Regularidade Social;
 - 9.13.5 ANEXO V - Declaração por não ultrapassar a Receita Bruta Máxima Admitida para Enquadramento como EPP, no Exercício, em Contratos Firmados com a Administração Pública;
 - 9.13.6 ANEXO VI - Declaração de Optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições Devidos Pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional)
 - 9.13.7 ANEXO VII - Minuta do Contrato

10 DO FORO

- 10.1 As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da Cidade de



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

Florianópolis/SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea “d” da Constituição Federal.

(datado e assinado eletronicamente)

DANIEL CARLOS WEINGARTNER

Agente de Contratação

SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PRSC



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA
DIVISÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

Referência: PGEA nº 1.33.000.000866/2026-61

PR-SC-00024741/2026

TERMO DE REFERÊNCIA

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA – CONTRATAÇÃO DIRETA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Contratação de pequenas adequações arquitetônicas internas a serem realizadas na sede do Ministério Público Federal - MPF, localizada no Edifício Luiz Elias Daux, avenida Paschoal Apóstolo Pitsica, 4876, Agrônômica, Florianópolis – SC, nos termos dos projetos e planilhas de quantitativos apêndices e conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR ESTIMADO UNITÁRIO	VALOR ESTIMADO TOTAL
1	Contratação de serviços comuns de engenharia para adequações arquitetônicas internas a serem realizadas na sede da Procuradoria da República em Santa Catarina, nas condições estabelecidas neste Termo de Referência	18406	Serviço	1	R\$ 87.413,29	R\$ 87.413,29

- 1.1. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano contado da assinatura do contrato pelas partes, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual da PRSC 2026 – ID da demanda 41909 e Código do item de demanda: 100351.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A contratação se dará por dispensa eletrônica, fundamentada no art. 75, inciso I da lei 14.133.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA
DIVISÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

- 2.2. A contratação em tela se faz necessária para adequação dos ambientes internos da PRSC as necessidades observadas pela administração, conforme:
- 2.2.1. DISOT e SGD - reorganização do espaço disponível no pavimento térreo da torre 1, conferindo maior segurança ao pavimento e otimizando os espaços disponíveis.
 - 2.2.2. Reformas de gabinetes da Torre 1 - devido a deterioração dos revestimentos dos gabinetes observada pela administração, será necessário realizar a substituição dos laminados melamínicos das divisórias.
 - 2.2.3. Conforme solicitado pela administração, será realizada a reforma da atual copa do quarto pavimento da torre 1, conferindo maior espaço e conforto aos usuários.
- 2.3. A contratação envolve a execução de adequações arquitetônicas internas em unidade em funcionamento, com prazo definido para execução, horários delimitados para realização dos serviços e necessidade de compatibilização permanente com a rotina institucional. Essas características exigem da contratada disponibilidade operacional apta a assegurar acompanhamento próximo da execução, pronta resposta às demandas da fiscalização e adoção tempestiva das providências necessárias ao regular andamento dos serviços. Durante a execução, podem surgir necessidades de correção de falhas, realização de ajustes, compatibilizações em campo, retorno ao local para saneamento de pendências e atendimento a determinações expedidas pela fiscalização. A adequada condução dessas ocorrências exige capacidade de comparecimento célere ao local dos serviços, interlocução presencial quando necessária e suporte efetivo à equipe executora, de modo a evitar discontinuidades, retardamento da execução e prolongamento indevido dos impactos dos serviços sobre o funcionamento da unidade. A contratação foi estimada com base, predominantemente, em referências oficiais de custos, especialmente composições da tabela SINAPI, observados os limites aplicáveis ao BDI adotado. Nessa condição, os valores máximos da contratação encontram-se balizados por parâmetros objetivos, de modo que se mostra relevante que os recursos envolvidos sejam direcionados, de forma predominante, à execução direta dos serviços, à supervisão da equipe e ao atendimento das necessidades surgidas no local da execução. A ausência de estrutura operacional próxima ao local dos serviços pode comprometer essa lógica, na medida em que tende a exigir dispêndios indiretos adicionais de mobilização, remobilização, deslocamento e suporte externo, sem correspondência com ganho efetivo de desempenho para a Administração. Em contratações com esse perfil, tais fatores podem repercutir negativamente sobre a continuidade da execução, a observância do cronograma, a capacidade de resposta a intercorrências, a supervisão dos recursos humanos empregados e a adequada conclusão dos serviços. A exigência de que a contratada disponha, até a data de início dos serviços, de sede, filial ou escritório na região da Grande Florianópolis justifica-se, portanto, pela necessidade de assegurar presença operacional compatível com a dinâmica do objeto, garantindo condições concretas para atendimento tempestivo às demandas da Administração, mobilização e remobilização de pessoal, supervisão da execução e pronta atuação diante de intercorrências verificadas no curso dos serviços. A vedação à subcontratação do objeto reforça essa necessidade, pois a execução deverá ocorrer sob responsabilidade direta da empresa contratada, com supervisão, coordenação e suporte prestados por sua própria estrutura, sem transferência da execução a terceiros. Nesse contexto, a existência de sede, filial ou escritório na região mostra-se compatível com a necessidade de que a contratada mantenha presença operacional real e capacidade de sustentar a execução com meios próprios. Há, ain-



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA
DIVISÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

da, previsão de designação formal de preposto antes do início da prestação dos serviços, com sua manutenção no local de execução durante o período em que perdurarem os trabalhos. A existência de sede, filial ou escritório na região complementa essa sistemática, ao propiciar suporte organizacional à atuação do preposto, interlocução eficiente com a fiscalização e adoção imediata das providências demandadas ao longo da execução.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

- 3.1. A contratação em tela consiste na execução dos seguintes serviços:
 - 3.1.1. Reforma das salas ocupadas atualmente pela DISOT e pela SGD, no pavimento térreo da torre 1, da sede da PRSC;
 - 3.1.2. Reforma de dois dos gabinetes localizados na Torre 1, com substituição das lâminas de madeira, conforme levantamento técnico realizado pela DEA/PRSC;
 - 3.1.3. Ampliação da copa situada no 4º andar (Torre 1), seguindo o padrão das ampliações já implementados nos 2º, 3º e 5º andares da mesma torre;
- 3.2. Os serviços previstos incluem a substituição dos laminados dos gabinetes supracitados, reforma do pavimento térreo da torre 1, incluindo remoção de divisórias, forros, pisos e reconstrução dos mesmos com layout aprovado pelos setores, além de serviços de pintura, iluminação, pontos de lógica e elétrica. Também inclui a reforma da copa do quarto pavimento, onde será realizada a remoção da divisória que separa a copa da atual sala de reuniões, criando um espaço de copa maior para os usuários da copa. Os serviços previstos estão detalhados nas plantas dos projetos, apêndices deste termo de referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Sustentabilidade

- 4.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:
 - 4.1.1.1. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definida sem normas específicas do órgão ambiental competente.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA
DIVISÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

4.1.2. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

- 4.1.2.1. Cópias das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;
- 4.1.2.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 05, de 15/03/2014, e legislação correlata;
- 4.1.2.3. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória.
- 4.1.2.4. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual. Indicação de marcas ou modelos

4.2. O fornecedor deverá declarar:

- 4.2.1.1. Não ter sido condenada, a licitante ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação, em todas as suas formas, por motivos de raça, gênero e outros, conforme dispõe a CF/1988 em seu artigo 3º, inciso IV e no inciso I do artigo 5º, e nos artigos 39 e 39 da Lei 12.288/2010;
- 4.2.1.2. Não empregar menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregar menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da CF/1988;
- 4.2.1.3. Não praticar, de nenhuma forma, ações que possam ser enquadradas nos arts. 1º e 170 da Constituição Federal, nos arts. 149, 203 e 207 do Código Penal (dispositivos que tratam do trabalho análogo ao de escravo e tráfico de pessoas para esse fim), Decreto nº 5.017/2004, que promulga o Protocolo de Palermo e as Convenções da OIT nos 29 e 105.

4.3. Subcontratação

4.3.1. Não é admitida a subcontratação do objeto deste contrato.

4.4. Garantia da contratação



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA
DIVISÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

4.4.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões abaixo justificadas:

4.4.2. Considerando os baixos riscos dos serviços a serem realizados, uma vez que se trata de divisórias e serviços internos de pequena monta, com prazo curto e baixo valor e riscos mínimos ao patrimônio da PRSC e aos operários da obra, não se faz necessário a exigência de garantia prévia da execução.

4.5. Vistoria

4.5.1. É recomendável a realização de avaliação prévia no local de execução dos serviços.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Condições de execução

5.1.1. O prazo para a EXECUÇÃO do serviço será de 60 (sessenta) dias consecutivos (corridos), conforme cronograma físico-financeiro, apêndice deste termo, a contar da emissão da ordem de serviço.

5.1.2. O horário dos serviços ficará restrito, **de segunda a sexta-feira, das 07:00 as 17:00 e, quando previamente autorizado e agendado com a fiscalização, aos sábados, domingos e feriados das 08:00 as 17:00**. Serviços que façam ruído só poderão ser realizados pela manhã ou nos finais de semana, nas condições acima apresentadas. Após iniciado, todos os serviços deverão ser finalizados, dentro das condições previstas em norma e nos projetos, deixando o ambiente organizado e limpo.

5.2. Local da prestação dos serviços

5.2.1. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Edifício Luiz Elias Daux, avenida Paschoal Apóstolo Pitsica, 4876, Torre 3, Agronômica, Florianópolis – SC

5.3. Especificação da garantia do serviço

5.3.1. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, **trinta e seis (36) meses**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.4. Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.4.1. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA
DIVISÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

- 6.2. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 6.3. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 6.4. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 6.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste instrumento.
- 6.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste instrumento;
- 6.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 6.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 6.9. A Administração terá o prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 6.10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 7.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste instrumento e na sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 7.2. Promover diligências junto aos órgãos pertinentes para obtenção da documentação que se fizer necessária à consecução e entrega dos serviços, segundo a legislação vigente quando da execução dos serviços, competindo-lhe inclusive o pagamento das respectivas taxas/multas e encargos correspondentes;
- 7.3. Providenciar a contratação de todo o seu pessoal necessário, bem como o cumprimento às leis trabalhistas e previdenciárias e à legislação vigente sobre saúde, higiene e segurança do trabalho. Correrá por conta exclusiva do CONTRATADO a responsabilidade por: quaisquer acidentes de trabalho na execução dos serviços; uso indevido de patentes registradas; danos resultantes de caso fortuito;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA
DIVISÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

- 7.4. Responsabilizar-se pela regularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias relativas ao objeto do respectivo contrato;
- 7.5. Manter, durante a contratação, a Certidão Negativa de Débito - CND junto ao INSS, o Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT e a prova de regularidade com a Fazenda Federal estejam devidamente atualizados;
- 7.6. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 7.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 7.8. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 7.9. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 7.10. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;
- 7.11. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Termo de Referência e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
- 7.12. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 7.13. A contratada deverá comprovar, até a data de início dos serviços, que possui, na região da Grande Florianópolis, sede, filial ou escritório regularmente constituído e apto a prestar suporte efetivo à execução contratual, de modo a assegurar interlocução presencial com a fiscalização, atendimento tempestivo às demandas relacionadas ao objeto, comparecimento célere ao local dos serviços, quando necessário, e adoção imediata das providências requeridas para correção de falhas, realização de ajustes e tratamento das demais intercorrências verificadas durante a execução.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA
DIVISÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

- 8.1. Este termo de referência terá força de contrato, devendo ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 8.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 8.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 8.5. Da comunicação entre a PR/SC e a empresa CONTRATADA:**
- 8.5.1. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 8.5.2. Conforme os termos deste documento, para efeito de contratação e gestão contratual, fica eleito o correio eletrônico (e-mail) como modo de comunicação formal e principal entre a Procuradoria da República em Santa Catarina e a empresa CONTRATADA.
- 8.5.3. Para efeito da contagem dos prazos, durante toda a contratação, nos casos de notificação, de intimação ou de comunicação, o início da contagem dá-se a partir da data de envio do e-mail pela PR/SC.
- 8.5.4. É de total responsabilidade da CONTRATADA manter permanentemente atualizado o e-mail de contato com a CONTRATANTE.
- 8.5.5. Além do e-mail, a empresa ficará ainda responsável por disponibilizar um número de telefone para eventuais contatos com o preposto da empresa.

8.6. Preposto

- 8.6.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 8.6.2. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período que dura os serviços.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA
DIVISÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

8.6.3. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

8.7. Fiscalização

8.7.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

8.7.2. Fiscalização Técnica

8.7.2.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

8.7.2.2. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

8.7.2.3. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

8.7.2.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

8.7.2.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

8.7.2.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

8.7.3. Fiscalização Administrativa

8.7.3.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

8.7.3.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA
DIVISÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

8.8. Gestor do Contrato

- 8.8.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).
- 8.8.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).
- 8.8.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).
- 8.8.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI-II).
- 8.8.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).
- 8.8.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).
- 8.8.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

9.1. Da medição



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA
DIVISÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

9.2. A medição será realizada mensalmente, limitada ao valor máximo do período correspondente previsto no cronograma físico-financeiro.

9.3. Do recebimento

9.3.1. O objeto será recebido pelo fiscal do contrato a partir da entrega do serviço concluído para efeito de verificação da conformidade com as especificações contidas neste Termo e seus anexos, no prazo de até 10 (dez) dias corridos, mediante atesto.

9.3.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

9.3.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)

9.3.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

9.3.5. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

9.3.6. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

9.3.7. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

9.3.8. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

9.3.9. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.3.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

9.3.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA
DIVISÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

- 9.3.12. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).
- 9.3.13. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 9.3.14. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 9.3.15. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 9.3.16. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 9.3.17. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 9.3.18. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 9.3.19. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9.4. Liquidação

- 9.4.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 9.4.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021
- 9.4.3. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- a) o prazo de validade;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA
DIVISÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.4.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

9.4.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

9.4.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público,, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

9.4.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.4.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.4.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.4.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

9.5. Prazo de pagamento



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA
DIVISÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

9.5.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

9.5.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC de correção monetária.

9.6. Forma de pagamento

9.6.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

9.6.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.6.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.6.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.6.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

10.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1.1. O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021.

10.2. O critério de julgamento adotado será o menor preço global.

10.2.1. Critérios de aceitabilidade de preços.

10.2.1.1. O Preço máximo global aceitável (incluso BDI e Leis Sociais) para execução da obra supracitada é de R\$ 87.413,29 (*Oitenta e sete mil, quatrocentos e treze reais e vinte e nove centavos*), com critério de aceitabilidade por item e subitem.

10.2.1.2. Os Preços orçados máximos aceitáveis por item e subitem, estão estabelecidos conforme Apêndice II – Planilha Orçamentária (Preço Máximo Aceitável e Modelo para Apresentação de Proposta). Os proponentes poderão apresentar em sua proposta de orçamento, valor superior ao estipulado nos itens e



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA
DIVISÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

subitens, em no máximo 5% (cinco por cento), desde que o valor total máximo não seja superior ao valor definido no item anterior.

10.2.1.3. Na composição dos preços dos serviços estão incorporadas todas as despesas com fornecimento de material e mão de obra, essenciais a sua execução, as decorrentes do emprego, aplicação e utilização de ferramentas, equipamentos, transporte e acessórios.

10.2.2. O interessado que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários, conforme modelo indicado no subitem 10.2.1.2., para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021);

10.3. Regime de execução

10.3.1. O regime de execução do contrato será empreitada por preço global.

10.4. Exigências de habilitação

10.4.1. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

10.4.1.1. SICAF;

10.4.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

10.4.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

10.5. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

10.6. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.6.1. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA
DIVISÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

- 10.6.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 10.6.3. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.
- 10.6.4. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 10.6.5. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.
- 10.6.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 10.6.7. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 10.6.8. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 10.6.9. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:
- 10.7. Habilitação jurídica**
- 10.7.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 10.7.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 10.7.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 10.7.4. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA
DIVISÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

10.7.5. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

10.7.6. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.8. Habilitação fiscal, social e trabalhista

10.8.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.8.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.8.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.8.4. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

10.8.5. Declaração de não ter sido condenada, a licitante ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação, em todas as suas formas, por motivos de raça, gênero e outros, conforme dispõe a CF/1988 em seu artigo 3º, inciso IV e no inciso I do artigo 5º, e nos artigos 39 e 39 da Lei 12.288/2010;

10.8.6. Declaração de não praticar, de nenhuma forma, ações que possam ser enquadradas nos arts. 1º e 170 da Constituição Federal, nos arts. 149, 203 e 207 do Código Penal (dispositivos que tratam do trabalho análogo ao de escravo e tráfico de pessoas para esse fim), Decreto nº 5.017/2004, que promulga o Protocolo de Palermo e as Convenções da OIT nos 29 e 105.

10.8.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.8.8. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.8.9. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA
DIVISÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

- 10.8.10. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 10.8.11. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- 10.9. Qualificação Econômico-Financeira**
- 10.9.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- 10.10. Qualificação Técnica**
- 10.10.1. Declaração de que o interessado tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação
- 10.10.1.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 10.10.2. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente (CREA, CAU ou CFT), em plena validade.
- 10.10.2.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.
- 10.10.3. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 10.10.3.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:
- 10.10.3.2. Construção, reforma ou adequação de edificação institucional ou comercial, com área mínima de 100 metros quadrados.
- 10.10.3.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa interessada.
- 10.10.3.4. O interessado disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA
DIVISÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

10.10.3.5. Não será admitida a participação de cooperativas.

10.10.4. Não será admitida a participação de cooperativas.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa o licitante, o contratado e o fornecedor que incorrer em quaisquer das condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril 2021, relacionadas a seguir:

11.2. Der causa à inexecução parcial do contrato ou de instrumento equivalente.

11.2.1. **Sanção:**

11.2.1.1. **Advertência**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
e

11.2.1.2. **Multa sancionatória** no percentual de 10% (dez por cento) até 15% (quinze por cento), calculado sobre a parcela inadimplida ou sobre o valor da fatura correspondente ao período que tenha ocorrido a falta, não podendo o valor da multa ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) ou superior a 30% (trinta por cento) do valor total do contrato ou de instrumento equivalente.

11.2.2. **A advertência será aplicada exclusivamente** pela infração administrativa de **dar causa à inexecução parcial do contrato ou de instrumento equivalente**, quando não couber imposição de penalidade mais grave.

11.2.2.1. Não serão consideradas como advertência as determinações do(s) fiscal(is) do contrato previstas no exercício das atribuições do Art. 117, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

11.2.2.2. A não aplicação da advertência não afasta a possibilidade de aplicação da multa de mora contratual, resultante de atraso injustificado na execução do contrato.

11.2.3. Tratando-se de **atraso injustificado na execução de obrigação acessória**, a partir do 10º dia de mora o atraso configurará a infração administrativa de **“Der causa à inexecução parcial do contrato ou de instrumento equivalente”**, podendo, a depender das consequências do atraso injustificado, configurar a infração administrativa de **“Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo”**.

11.2.3.1. **Após o 30º dia**, mantido o atraso injustificado na execução de obrigação acessória, a contratante poderá promover a extinção unilateral do contrato por não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusula contratual.

11.3. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA
DIVISÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

11.3.1. **Sanção:**

11.3.1.1. **Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União** pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e

11.3.1.2. **Multa sancionatória** no percentual de 15% (quinze por cento) até 20% (vinte por cento), calculado sobre a parcela inadimplida ou sobre o valor da fatura correspondente ao período que tenha ocorrido a falta, não podendo a multa ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) ou superior a 30% (trinta por cento) do valor total do contrato ou de instrumento equivalente.

11.4. Der causa à inexecução total do contrato ou de instrumento equivalente.

11.4.1. **Sanção:**

11.4.1.1. **Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União** pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e

11.4.1.2. **Multa sancionatória** no percentual de 20% (vinte por cento) até 30% (trinta por cento), calculado sobre o valor total do contrato ou de instrumento equivalente.

11.5. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.

11.5.1. **Sanção:**

11.5.1.1. **Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União** pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e

11.5.1.2. **Multa sancionatória** no percentual de 5% (cinco por cento) até 10% (dez por cento), calculado sobre o valor do contrato ou de instrumento equivalente.

11.5.2. Tratando-se de **atraso injustificado na execução de obrigação principal, a partir do 10º dia de mora** o atraso configurará a infração administrativa de **Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação**.

11.5.2.1. **Após o 30º dia**, mantido o atraso injustificado, **restará configurada nova infração, de “Dar causa à inexecução total do contrato ou de instrumento equivalente”**, com a resolução do ajuste.

11.6. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato ou de instrumento equivalente.

11.6.1. **Sanção:**



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA
DIVISÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

11.6.1.1. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta de todos os entes federativos**, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos; e

11.6.1.2. **Multa sancionatória** no percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) até 30% (trinta por cento), calculado sobre o valor do contrato ou de instrumento equivalente.

11.7. Praticar ato fraudulento na execução do contrato ou de instrumento equivalente.

11.7.1. **Sanção:**

11.7.1.1. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta de todos os entes federativos**, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos; e

11.7.1.2. **Multa sancionatória**, no percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) até 30% (trinta por cento), calculado sobre o valor do contrato ou de instrumento equivalente.

11.8. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

11.8.1. **Sanção:**

11.8.1.1. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta de todos os entes federativos**, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos; e

11.8.1.2. **Multa sancionatória** no percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) até 30% (trinta por cento), calculado sobre o valor do contrato ou de instrumento equivalente.

11.9. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.9.1. **Sanção:**

11.9.1.1. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta de todos os entes federativos**, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos; e

11.9.1.2. **Multa sancionatória** no percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) até 30% (trinta por cento), calculado sobre o valor do contrato ou de instrumento equivalente.

11.10. Além das penalidades descritas anteriormente, poderão ser aplicadas cumulativamente as seguintes multas contratuais, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021 e na Portaria PGR/MPU nº 178/2023:



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA
DIVISÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

- 11.11. **Multa moratória**, por atraso injustificado na execução contratual, tanto da obrigação principal quando das obrigações secundárias assumidas, 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso sobre o valor da parcela inadimplida ou sobre o valor da fatura correspondente ao período que tenha ocorrido a falta, conforme previsto no edital ou no contrato, até o limite de 30% (trinta por cento);
- 11.11.1. **Considera-se justificado o atraso, desde que devidamente comprovado pelo contratado, a incidência das seguintes situações:**
- 11.11.1.1. Alteração do projeto ou especificações pela Administração;
- 11.11.1.2. Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;
- 11.11.1.3. Interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;
- 11.11.1.4. Aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei nº 14.133, de 2021;
- 11.11.1.5. Impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência; e
- 11.11.1.6. Omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.
- 11.11.1.7. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções contratuais e legais.
- 11.11.2. No caso da cláusula anterior, a multa de mora será convertida em multa compensatória e descontada do valor da indenização devida à Administração, se houver.
- 11.12. **Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):**
- 11.12.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 11.12.2. As peculiaridades do caso concreto;
- 11.12.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 11.12.4. Os danos que dela provierem para o Contratante;
- 11.12.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA
DIVISÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

- 11.13. As multas sancionatórias serão graduadas em conformidade com os critérios previstos na Portaria PGR/MPU nº 178/2023, tendo como limite mínimo de 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor do contrato ou do Instrumento equivalente.
- 11.14. A dosimetria do prazo de **Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União e Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta de todos os entes federativos** será feita na forma da Portaria PGR/MPU nº 178/2023.
- 11.15. A aplicação das sanções previstas neste Instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.16. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.16.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 11.16.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.16.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 11.17. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 11.18. Nos termos da Portaria PGR/MPU nº 178, de 13/09/23, art. 3º, inciso V, “Quando não for processado em conjunto com as demais infrações, para a aplicação exclusiva da sanção de advertência ou multa sancionatória, o processo será sumário”.
- 11.19. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 11.20. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA
DIVISÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

- 11.21. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
- 11.22. Os parâmetros para a aplicação de penalidades nas infrações cometidas em certames licitatórios e contratos administrativos no âmbito do Ministério Público Federal, que serão levados em consideração durante toda a vigência da contratação, estão estabelecidos na **Portaria PGR/MPU Nº 178, de 13 de Setembro de 2023**, que “*Dispõe sobre o procedimento preliminar e o processo de apuração de responsabilidade e aplicação das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, aos licitantes e contratados, no âmbito do Ministério Público da União e da Escola Superior do Ministério Público da União*”.

12. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 12.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 87.413,29 (*Oitenta e sete mil, quatrocentos e treze reais e vinte e nove centavos*), conforme custos unitários dispostos no **APÊNDICE II – PREÇO MÁXIMO ACEITÁVEL E MODELO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA**

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na programação de custeio básico, previstos no orçamento da Procuradoria da República de Santa Catarina para o exercício de 2026.

- 13.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- a) Gestão/Unidade: 00001/200058
- b) Fonte de Recursos: 1000000000
- c) Programa de Trabalho: 03062003142640001
- d) Elemento de Despesa: 339039-16
- e) Plano Interno: MBASIC

14. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

- 14.1. Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes documentos:

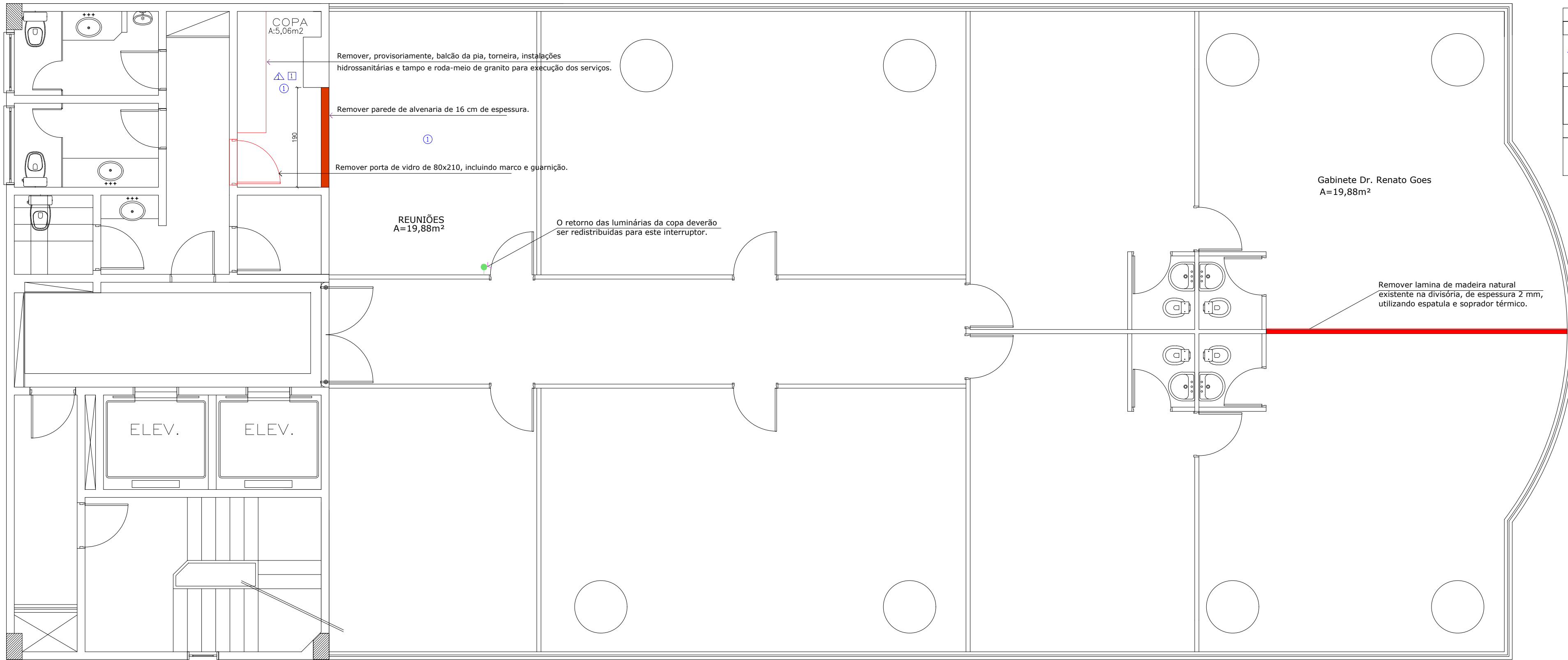


MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA
DIVISÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

- 14.1.1. APÊNDICE I – PROJETO ARQUITETÔNICO (3 pranchas);
- 14.1.2. APÊNDICE II – PREÇO MÁXIMO ACEITÁVEL E MODELO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA
- 14.1.3. APÊNDICE III – CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

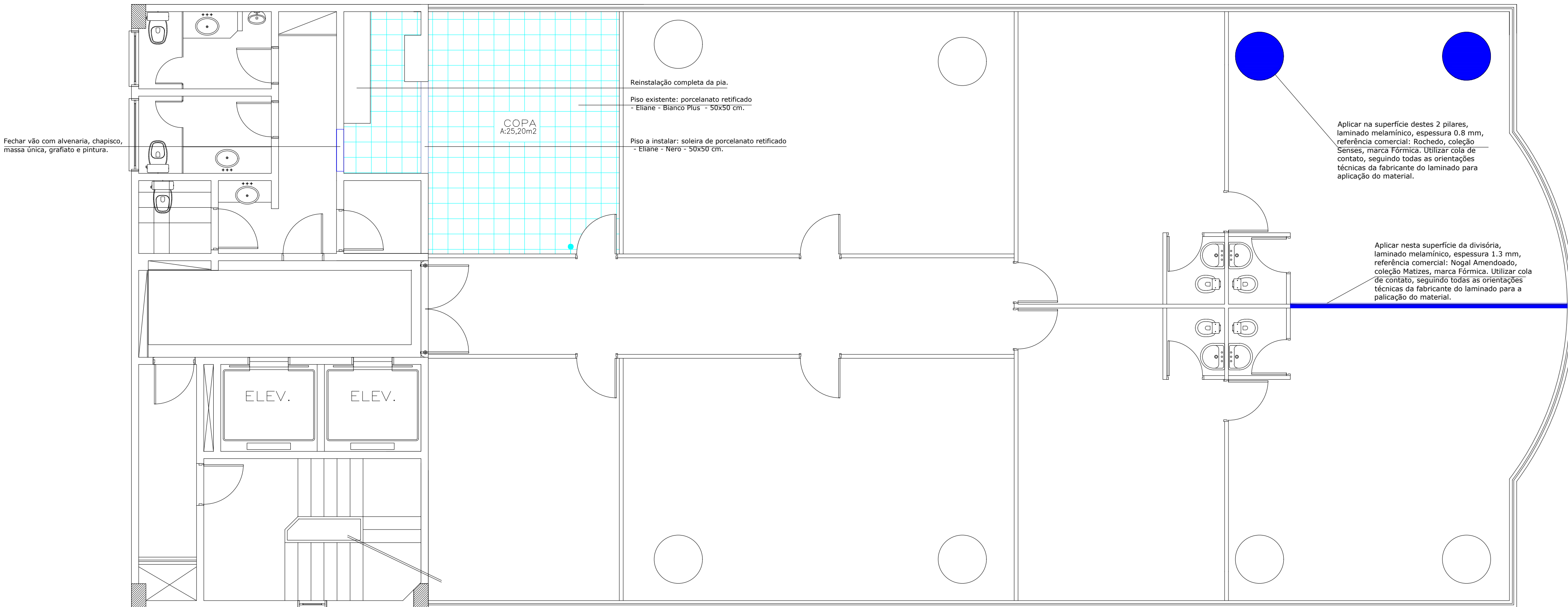
(datado e assinado eletronicamente)

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO
PORTARIA PR/SC Nº 167, DE 7 de abril de 2026



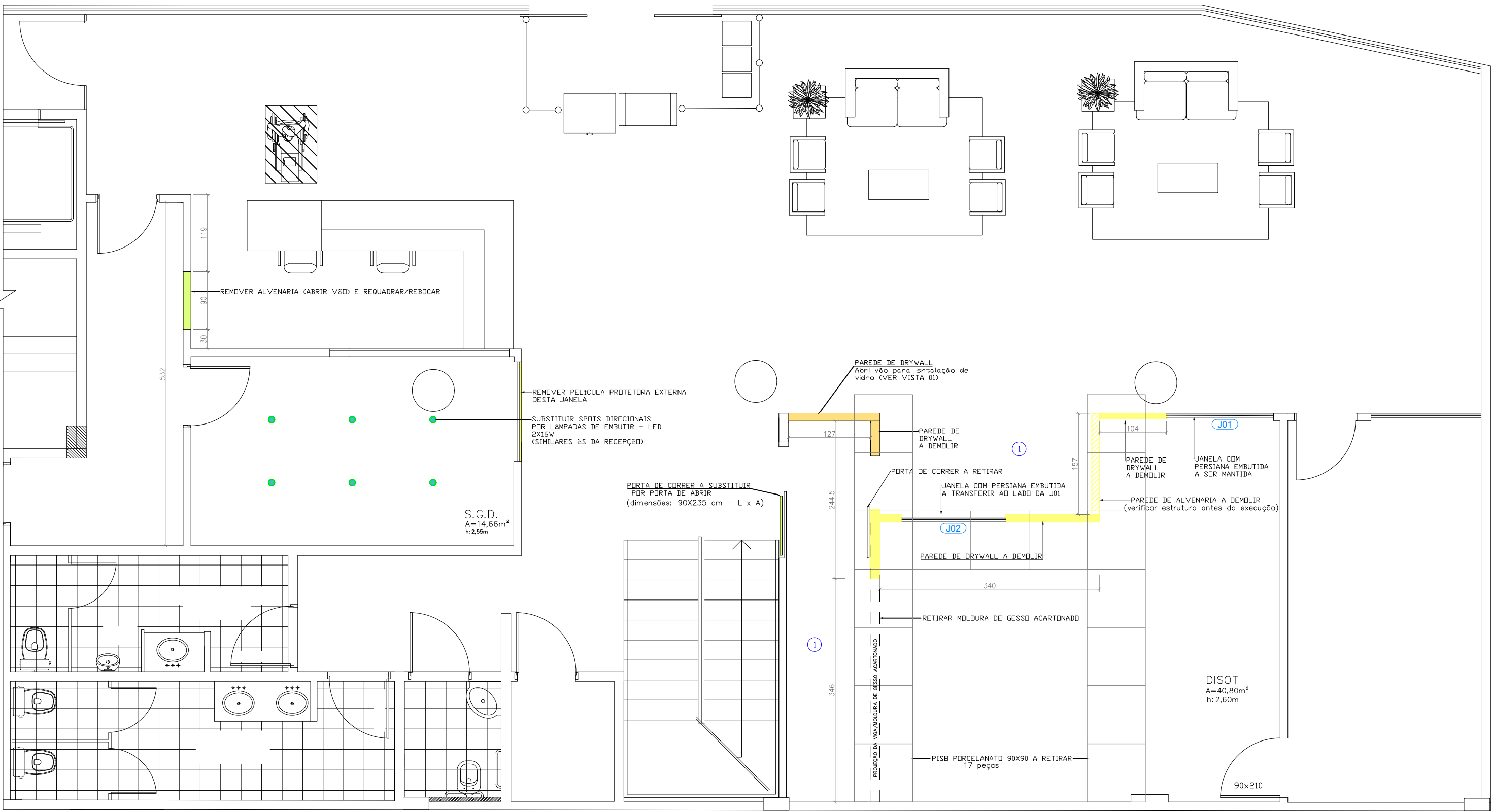
LEGENDA	
FORRO	
	O forro mineral existente, tipo pacote, deverá ser removido e reinstalado respeitando a paginação (alinhamento) e nível do forro existente na sala adjacente.
PISO	
	O piso cerâmico existente deverá ser retirado. Um contrapiso de argamassa de cimento e areia (1:3), deverá ser executado para nivelar o mesmo com a sala adjacente.
PAREDE	
	Pintura com duas demãos de tinta acrílica fosca, ref. comercial Suvinil, cor Návy.

PLANTA BAIXA 4º PAV. TORRE1- SITUAÇÃO EXISTENTE
DEMOLIÇÕES E REMOÇÕES
Esc: 1/75

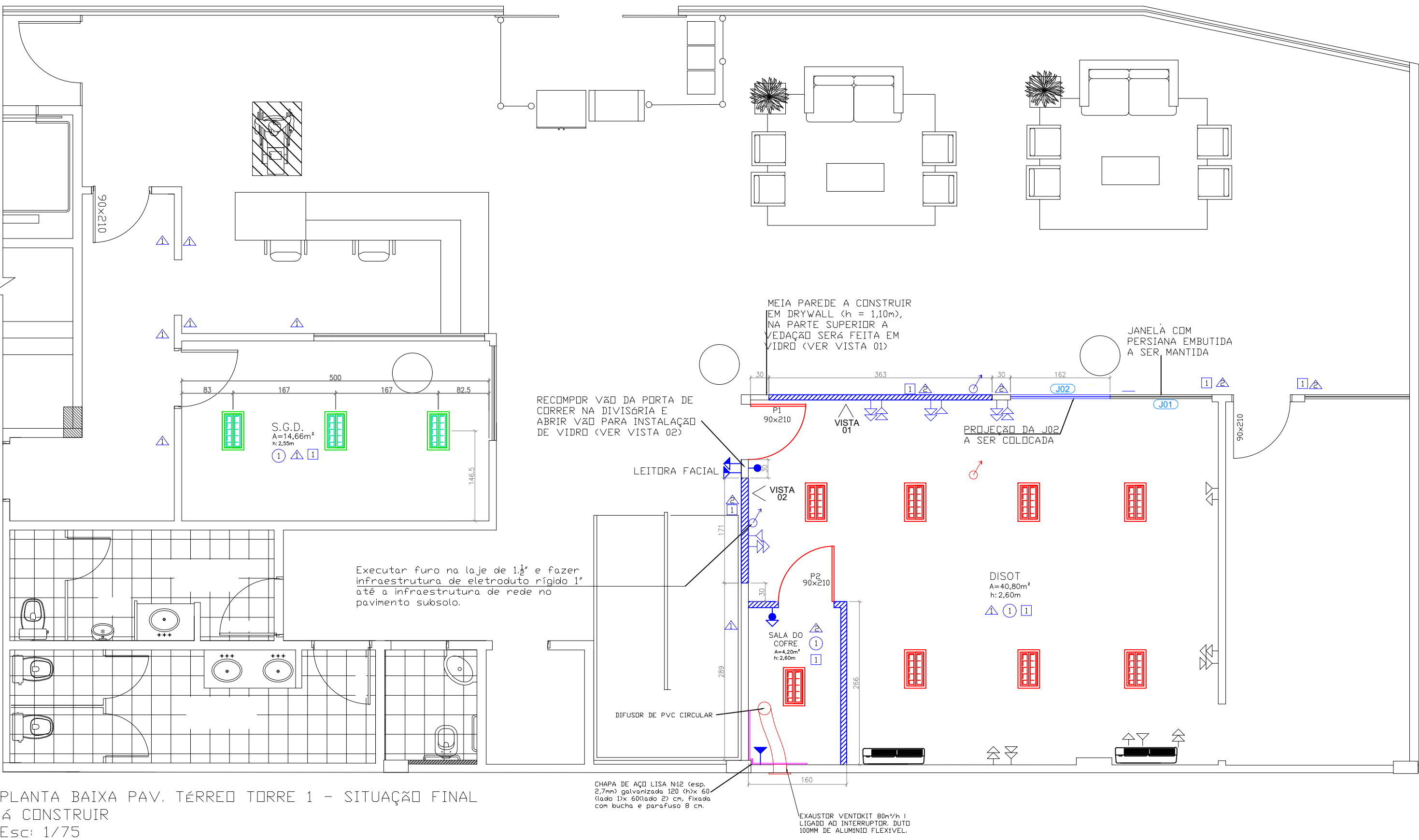


PLANTA BAIXA 4 PAV. TORRE 1 - SITUAÇÃO FINAL
A CONSTRUIR
Esc: 1/75

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL		
Procuradoria da Republica em SC		
PROJETO ARQUITETÔNICO		Prancha ARQ02/03
Conteúdo COPA E GABINETE DR RENATO Quarto pavimento – Torre I. Planta baixa – demolições e remoções. Planta baixa – a construir.		
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO SC/MPF PROPRIETÁRIO		Eng. Civil Evaldo H. Cardoso Neto CREA SC792410
Arquivo .dwg	Data Setembro/2025	Escala Indicada



PLANTA BAIXA - PAV. TÉRREO - TORRE 1 - SITUAÇÃO EXISTENTE
DEMOLIÇÕES E REMOÇÕES
Esc: 1/75



PLANTA BAIXA PAV. TERREO TORRE 1 - SITUAÇÃO FINAL
A CONSTRUIR
Esc: 1/75

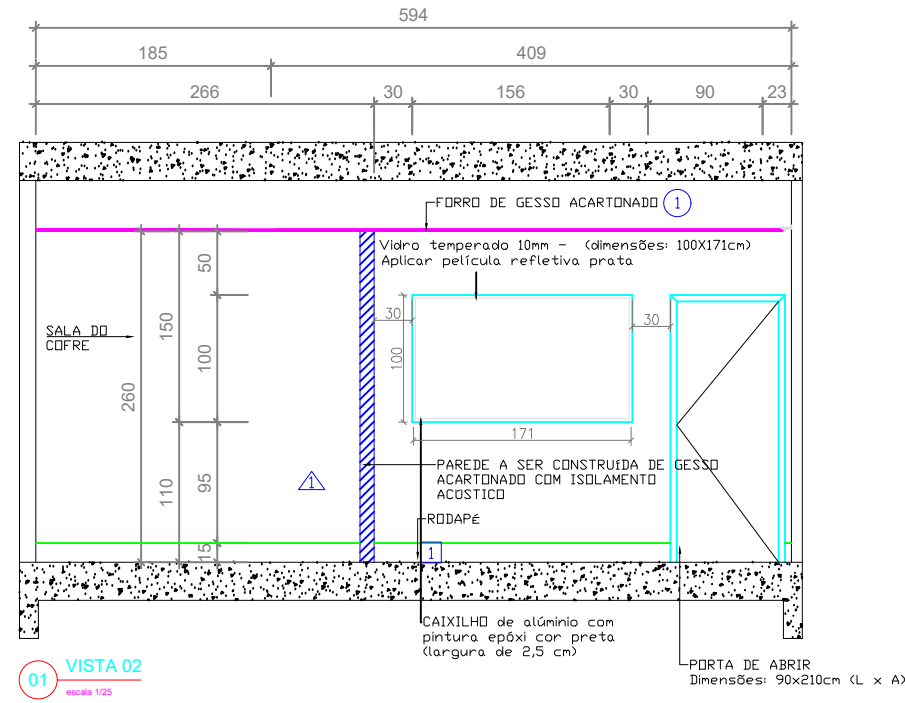
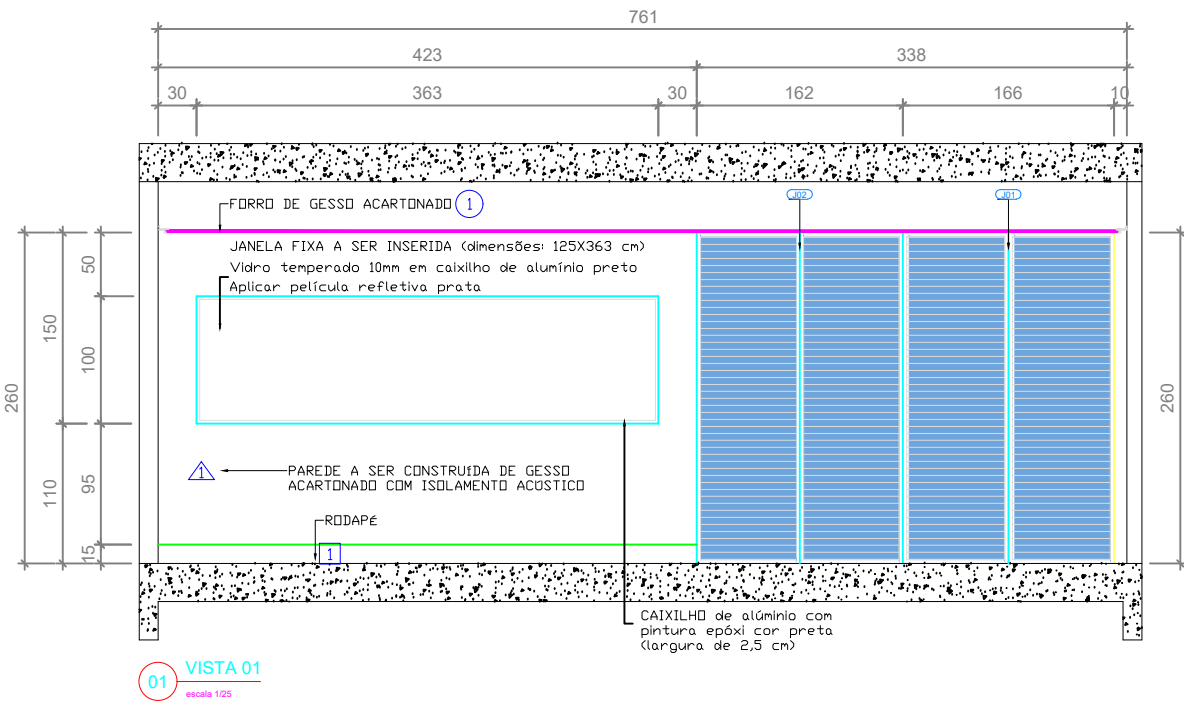
LEGENDA:

- DIMENSÕES: 1,66 X 2,60m (A x L)
- DIMENSÕES: 1,62 X 2,60m (A x L)
- PAREDE A SER MANTIDA
- PAREDES EM GESSO ACARTONADO A DEMOLIR
- PAREDES EM ALVENARIA A DEMOLIR
- PAREDES EM GESSO ACARTONADO A CONSTRUIR COM ISOLAMENTO ACÚSTICO EM LA DE ROCHA
- PISO PORCELANATO A SUBSTITUIR POR PEÇA NOVA
- LUMINÁRIA SPOT DE EMBUTIR, DIFUSORA, DIRECIONAL
- LUMINÁRIA DE EMBUTIR COM CORPO E ALETAS DE ALUMÍNIO PARA 02 LÂMPADAS TUBULARES LED 9W T5 55CM 4000K, A SER INSTALADA
- LUMINÁRIA DE EMBUTIR A SER REALOCADA (VER ANTES COM A FISCALIZAÇÃO)
- Tomada simples de lógica Cat. 6 a ser instalada (0,4, 1,0 e 2,20m)
- Tomada simples elétrica 2P+T a ser instalada (0,4, 1,0 e 2,20m)
- Executar novo furo na laje e instalar eletroduto até encontrar a instalação lógica existente no subsolo
- Passagem na laje a ser fechada com argamassa.

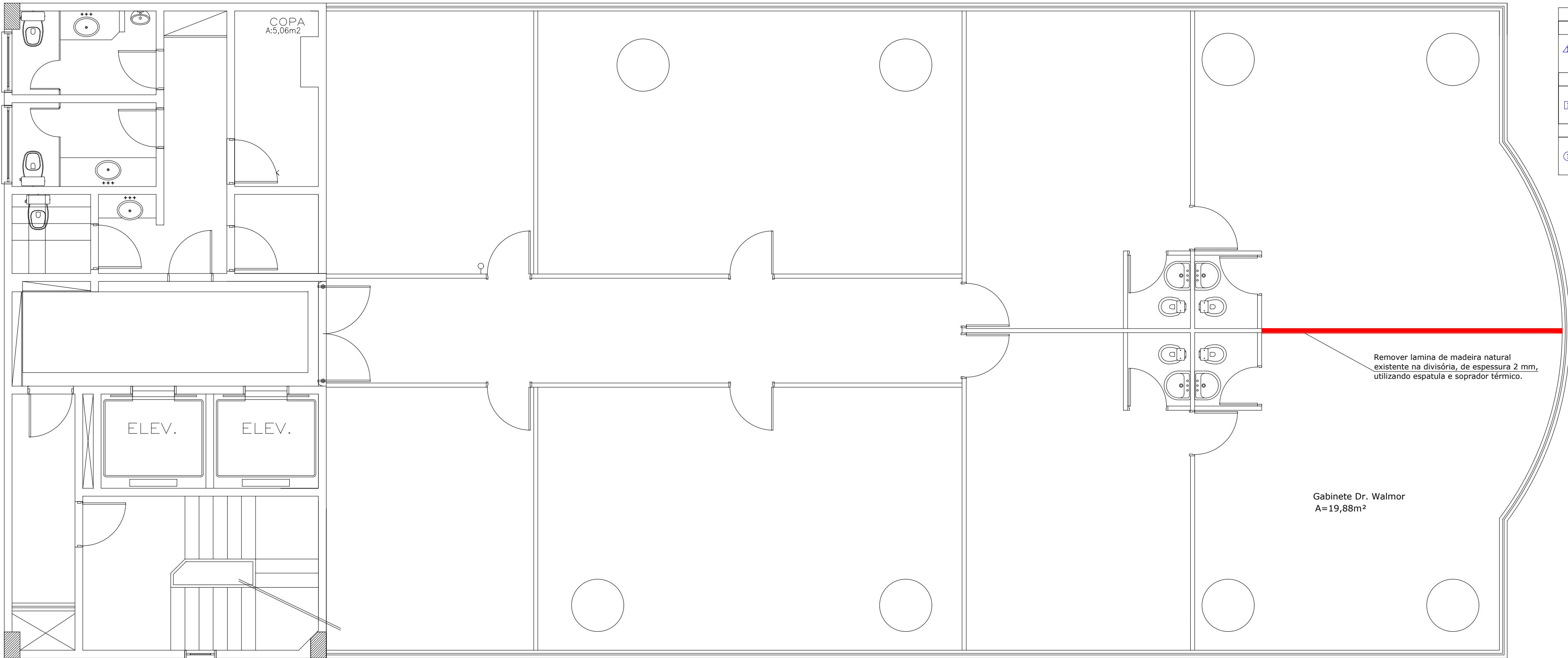
ACABAMENTOS	
PAREDE	
1	APLICAR 2 DEMÃO DE FUNDO PREPARADOR, 2 DEMÃO DE MASSA CORRIDA E TINTA ACRÍLICA FOSCA, 2 DEMÃO, COR A SER DEFINIDA PELA FISCALIZAÇÃO (PAREDES NOVAS).
1	APLICAR TINTA ACRÍLICA FOSCA, 2 DEMÃO, COR A SER DEFINIDA PELA FISCALIZAÇÃO (PAREDES EXISTENTES)
RODAPE, PORTA E MARCO	
1	RODAPE, PORTA, MARCO E VISTA - TRÊS DEMÃO DE STAIN, COR NOZUEIRA, REF. COMERCIAL OSBICOLOR.
FORRO	
1	REMOVER PARTE DO FORRO DE GESSO ACARTONADO DESNIVELADO E RECONSTRUIR. ACABAMENTOS: UMA DEMÃO DE SELADOR, UMA DEMÃO DE MASSA CORRIDA (PVA) E DUAS DEMÃO DE TINTA ACRÍLICA FOSCA EM TODO O AMBIENTE

ESQUADRIAS A INSTALAR					
A	QTD	DIMENSÕES			ESPECIFICAÇÕES
P01	1	90	210	3,5	1 FOLHAS DE ABRIR
P02	1	90	210	3,5	1 FOLHAS DE ABRIR

*Fechadura de aço inox, com manopla de 10 cm, ref. comercial: externa de aço zincado 236 STI 40 com roseta 303 cromo acetinado La fonte.

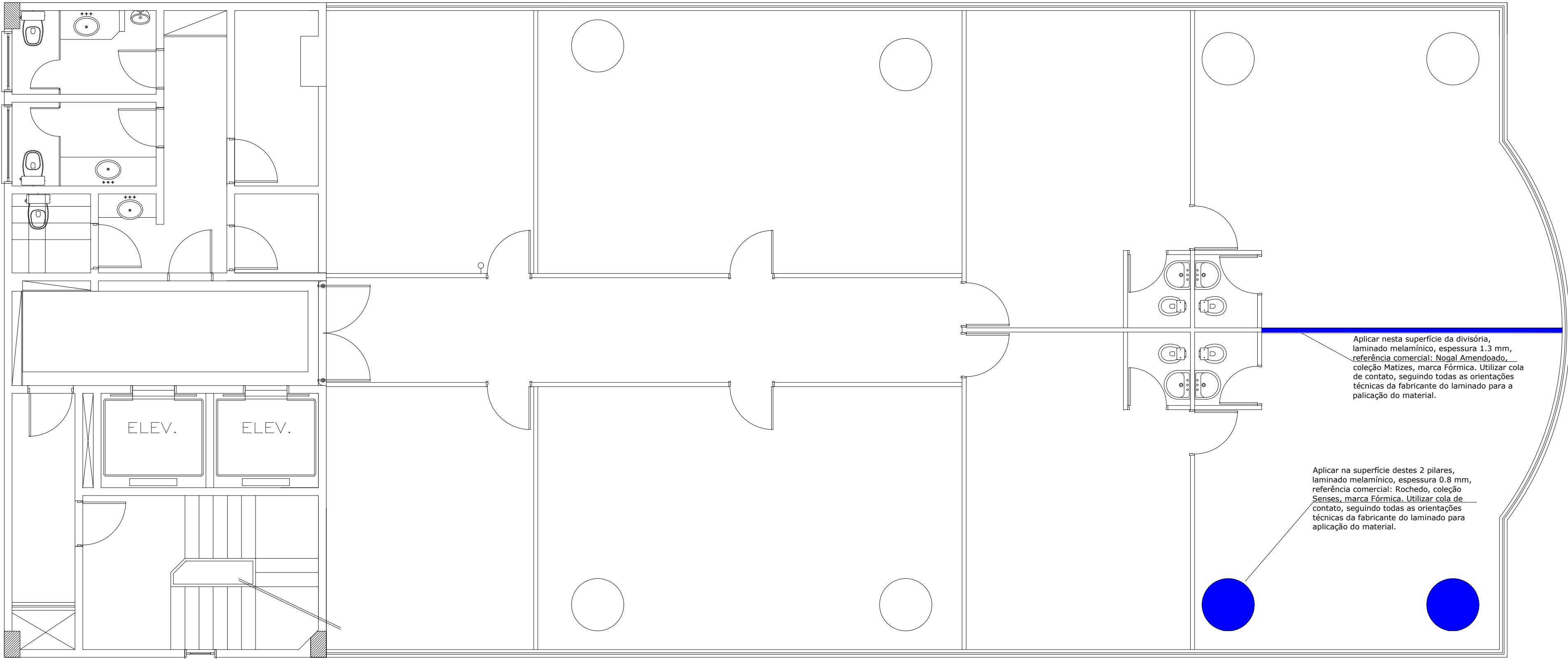


MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL		
Procuradoria da Republica em SC		
PROJETO ARQUITETÔNICO		Prancha ARQ01/03
Conteúdo DISOT e SGD PAV. TÉRREO TORRE 1 Planta baixa – demolições e remoções. Planta baixa – a construir.		
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO SC/MPF PROPRIETÁRIO		Eng. Civil Evaldo H. Cardoso Neto CREA SC792410
Arquivo .dwg	Data Fevereiro/2026	Escala Indicada



LEGENDA	
FORRO	
	O forro mineral existente, tipo pacote, deverá ser renovado e reinstalado respeitando a pignação (alinhamento) e nível do forro existente na sala adjacente.
PISO	
	O piso cerâmico existente deverá ser retirado. Um contrapiso de argamassa de cimento e areia (1:3), deverá ser executado para nivelar o mesmo com o sala adjacente.
PAREDE	
	Pintura com duas demãos de tinta acrílica fosca, ref. comercial Suvinil, cor Náviço.

PLANTA BAIXA 6º PAV. TORRE1- SITUAÇÃO EXISTENTE
DEMOLIÇÕES E REMOÇÕES
Esc: 1/75



PLANTA BAIXA 6 PAV. TORRE 1 - SITUAÇÃO FINAL
A CONSTRUIR
Esc: 1/75

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL		
Procuradoria da Republica em SC		
PROJETO ARQUITETÔNICO		Prancha ARQ03/03
Conteúdo GABINETE DR. WALMOR Sexto pavimento – Torre I. Planta baixa – demolições e remoções. Planta baixa – à construir.		
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO SC/MPF PROPRIETÁRIO		Eng. Civil Evaldo H. Cardoso Neto CREA SC792410
Arquivo .dwg	Data Setembro/2025	Escala Indicada



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

APÊNDICE II – PREÇO MÁXIMO ACEITÁVEL E MODELO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

SERVIÇOS E MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA A COMPLETA EXECUÇÃO DO OBJETO, DE ACORDO COM O TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS.

EMPRESA:		CNPJ:	
ENDEREÇO:			
CEP:		TELEFONE/FAX:	
DADOS BANCÁRIOS	BANCO:	AGÊNCIA:	CONTA:
REPRESENTANTE DA EMPRESA:		CELULAR:	E-MAIL:

Item	Descrição dos Serviços		UNID.	QUANT.	Material		Mão de Obra		PREÇO UNITARIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
					Unitário	Sub-Total	Unitário	Sub-Total		
REFORMA DISOT/SGD – TORRE I - PAVIMENTO TÉRREO										
1.		SERVIÇOS PRELIMINARES								
1.	1.	DEMOLIÇÕES E RETIRADAS								
1.	1.	1. DEMOLIÇÃO de alvenaria de blocos furados, sem reaproveitamento.	M3	1,98					86,39	171,05
1.	1.	2. REMOÇÃO manual de divisória de gesso acartonado	M2	8,15					35,08	285,90
1.	1.	2. REMOÇÃO manual de luminárias direcional dicróica	UNID.	6,00					35,08	210,48
1.	1.	3. REMOÇÃO manual de janela de vidro com persiana embutida e reinstalação	UNID.	1,00					76,29	76,29
1.	1.	4. REMOÇÃO manual de película de PVC do vidro da nova sala da SGD	M2	1,85					14,71	27,21
1.	1.	5. REMOÇÃO de forro de gesso acartonado	M2	15,06					3,04	45,78
1.	1.	6. REMOÇÃO manual de porcelanato 90x90cm	M2	15,73					3,04	47,82
1.	1.	7. REALOCAÇÃO de janela de vidro fixo 1,62x2,60m, com persiana embutida.	M2	15,73					3,04	47,82
		Total parcial (R\$)								912,35
2.		ARQUITETURA								
2.	1.	VEDAÇÃO								
2.	1.	1. DIVISÓRIA DRY WALL (gesso acartonado), largura final 12 cm, constituídas de perfil de aço galvanizado, chapa de gesso acartonado standard espessura 12,5 mm, preenchida com lã de rocha com espessura de 5 cm e fita de papel micro perfurado, 50 x 150 mm, para tratamento de juntas de chapa de gesso.	M²	19,89					194,45	3.867,61
2.	1.	2. VIDRO temperado transparente, espessura 10mm, incluindo caixilho de alumínio com pintura epóxi na cor preta.	M	5,34					557,74	2.978,33
2.	1.	3. REALOCAÇÃO de esquadria de vidro com persiana embutida, com 1,62x2,60cm.	UNID.	1,00					160,11	160,11
2.	2.	PISO								
2.	2.	1. PORCELANATO polido retificado, 90x90 cm, inclusive rejuntamento com rejunte epóxi.	M²	15,73					133,45	2.099,17
2.	2.	2. RODAPÉ EM MADEIRA, altura 20cm e espessura 2cm (mesmo padrão do existente no local), fixado com cola de poliuretano e pinos aplicados com pistolas.	M	10,00					42,93	429,30
2.	2.	3. REALOCAÇÃO DE RODAPÉ EM MADEIRA EXISTENTE, altura 20cm e espessura 2cm, fixado com cola de poliuretano e pinos aplicados com pistolas.	M	10,00					18,75	187,50
2.	3.	FORRO								
2.	3.	1. FORRO de gesso acartonado, placa standart, 10 mm, montado em perfis de aço galvanizado, fixado a laje de cobertura através de tirantes de aço.	M²	15,06					105,44	1.587,93
2.	4.	ESQUADRIA								
2.	4.	1. PORTA de madeira interna, pronta para aplicação de verniz, espessura 3,5 cm, miolo semioco sarrafeado, 90x210cm, com marco, guarnição (vista) e dobradiças (madeira de lei), instalação completa (mesmo padrão das existentes no local), incluindo amortecedor de borracha no batente e fechadura de aço inox, com maçaneta de 10 cm, ref. comercial: Fechadura externa de aço zamac 236 ST1 40 com roseta 303 cromo acetinada La fonte.	UNID.	1,00					1.573,71	1573,71



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

APÊNDICE II – PREÇO MÁXIMO ACEITÁVEL E MODELO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

SERVIÇOS E MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA A COMPLETA EXECUÇÃO DO OBJETO, DE ACORDO COM O TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS.

EMPRESA:		CNPJ:	
ENDEREÇO:			
CEP:		TELEFONE/FAX:	
DADOS BANCÁRIOS	BANCO:	AGÊNCIA:	CONTA:
REPRESENTANTE DA EMPRESA:		CELULAR:	E-MAIL:

Item			Descrição dos Serviços	UNID.	QUANT.	Material		Mão de Obra		PREÇO UNITARIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
						Unitário	Sub-Total	Unitário	Sub-Total		
2.	4.	2.	PORTA de madeira interna, pronta para aplicação de verniz, espessura 3,5 cm , miolo semioco sarrafeado, 90x210cm , com marco, guarnição (vista) e dobradiças (madeira de lei), instalação completa (mesmo padrão das existentes no local), incluindo amortecedor de borracha no batente, EXCETO fechadura. A fechadura será do tipo biométrica, fornecida pela PRSC e instalada pela contratada.	UNID.	1,00					1.380,25	1380,25
2.	5.		PINTURA								
2.	5.	1.	APLICAÇÃO manual de fundo selador acrílico em parede interna, duas demão (nas paredes executadas).	M²	36,19					5,46	197,60
2.	5.	2.	APLICAÇÃO e lixamento de massa látex PVA em PAREDE, duas demãos (nas paredes executadas).	M²	36,19					26,98	976,41
2.	4.	3.	APLICAÇÃO manual de pintura com tinta látex acrílica em paredes, duas demãos.	M²	147,29					17,13	2.523,08
2.	5.	4.	FUNDO selador ACRILICO ambientes internos, TETO, uma demão (nos forros de gesso acartonados executados).	M²	15,06					6,94	104,52
2.	5.	5.	APLICAÇÃO e lixamento de massa látex em TETO, duas demãos (nos forros de gesso acartonados executados).	M2	15,06					48,54	731,01
2.	5.	6.	PINTURA acrílica fosca sobre TETO, 2 demãos. Ref. Comercial: Suvinil, cor BRANCA.	M²	59,77					20,74	1.239,63
2.	4.	7.	PINTURA com 3 demãos de STAIN, cor Nogueira (folha da porta, rodapé, marco e guarnições). Ref. Comercial: Osmocolor.	M²	22,68					45,40	1.029,67
3.			INSTALAÇÕES ELÉTRICAS								
3.	1.		LUMINÁRIA E ACESSÓRIOS								
3.	1.	1.	REALOCÇÃO de luminárias, incluindo fornecimento fiação sobressalente e um interruptor para redistribuição dos retornos.	UNID.	2,00					535,44	1.070,88
3.	1.	2.	CONJUNTO de um INTERRUPTOR simples, 10A e uma TOMADA 10A 2P+T, incluindo suporte e placa de encaixe branca, ref. PIAL PLUS, Legrand ou equivalente aprovado pela fiscalização.	UNID.	1,00					83,23	83,23
3.	1.	3.	TOMADA elétrica de embutir com 1 módulo, 2P+T, 10A, tampa de encaixe de PVC branca, Ref. PIAL Legrand, incluindo suporte e placa (completa)	UNID.	1,00					58,21	58,21
3.	1.	4.	TOMADA elétrica de embutir com 2 módulos, 2P+T, 10A, tampa de encaixe de PVC branca, Ref. PIAL Legrand, incluindo suporte e placa (completa)	UNID.	3,00					78,29	234,87
3.	1.	5.	INTERRUPTOR simples, 10A, incluindo suporte e placa de encaixe branca, ref. PIAL PLUS, Legrand ou equivalente aprovado pela fiscalização.	UNID.	1,00					48,91	48,91
3.	2.		PROTEÇÃO MECÂNICA								
3.	2.	1.	ELETRODUTO rígido roscável de PVC, 32 mm(1”), incluindo acessórios, caixas e fixadores.	M	15,00					15,10	226,50
3.	2.	2.	ELETRODUTO flexível corrugado reforçado de PVC, 25mm 3/4”, incluindo acessórios e caixas.	M	30,00					8,98	269,40
3.	3.		CONDUTORES								
3.	3.	1.	CABO flexível 2,5 mm2, com revestimento em PVC, 750 V, ref. Pirelli. (cor preta, azul e verde)	M	120,00					5,18	621,60
			Total parcial (R\$)								23.679,43
4.			INSTALAÇÕES DE CABEAMENTO ESTRUTURADO								



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

APÊNDICE II – PREÇO MÁXIMO ACEITÁVEL E MODELO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

SERVIÇOS E MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA A COMPLETA EXECUÇÃO DO OBJETO, DE ACORDO COM O TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS.

EMPRESA:		CNPJ:	
ENDEREÇO:			
CEP:		TELEFONE/FAX:	
DADOS BANCÁRIOS	BANCO:	AGÊNCIA:	CONTA:
REPRESENTANTE DA EMPRESA:		CELULAR:	E-MAIL:

Item			Descrição dos Serviços	UNID.	QUANT.	Material		Mão de Obra		PREÇO UNITARIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
						Unitário	Sub-Total	Unitário	Sub-Total		
4.	1.		CABEAMENTO								
4.	1.	1.	CABO UTP Cat .6 – 4P Azul – fornecimento e instalação	M	160,00					4,54	726,40
4.	2.		DISPOSITIVO DE CABEAMENTO – SOBREPOR								
4.	2.	1.	TOMADA de lógica, incluindo caixa 2x4” para Drywall, espelho de encaixe e um conector fêmea RJ45. Ref. Pial Plus, Legrand ou equivalente aprovado pela fiscalização.	UNID.	4,00					56,16	224,64
4.	3.		PROTEÇÃO MECÂNICA								
4.	3.	1.	ELETRODUTO de PVC rígido roscável, 25mm (3/4”), incluindo acessórios e fixadores na laje.	M	18,00					12,08	217,44
4.	4.		CERTIFICAÇÃO DIGITAL								
4.	4.	1.	Certificação dos pontos lógicos novos, conforme padrão exigido na NBR 14565, incluindo todos os testes previstos em norma. O relatório final deverá ser enviado a fiscalização em formato digital	UNID.	1,00					600,00	600,00
			Total parcial (R\$)								1.768,48
			Sub Total Reforma - DISOT/SGD								26.360,26
REFORMA COPA – TORRE I - 4º PAVIMENTO											
5.			SERVIÇOS PRELIMINARES								
5.	1.		DEMOLIÇÕES E RETIRADAS								
5.	1.	1.	DEMOLIÇÃO de alvenaria de blocos furados, sem reaproveitamento.	M3	0,91					86,39	78,61
5.	1.	2.	REMOÇÃO manual de revestimento cerâmico, sem reaproveitamento.	M2	5,57					35,08	195,40
5.	1.	3.	REMOÇÃO e reinstalação de armário inteiro (balcão) de pia, incluindo roda pia e tampo de granito e metais e conexões sanitárias.	UNID.	1,00					76,29	76,29
5.	1.	4.	REMOÇÃO de porta, incluindo guarnição e marco de madeira, de forma manual.	M2	1,85					14,71	27,21
5.	1.	5.	REMOÇÃO de forro mineral	M2	5,57					3,04	16,93
			Total parcial (R\$)								394,44
6.			ARQUITETURA								
6.	1.		VEDAÇÃO								
6.	1.	1.	ALVENARIA de blocos cerâmicos furados, espessura 14 cm.	M2	1,85					136,16	251,90
6.	1.	2.	ENCUNHAMENTO (fixação) de alvenaria de vedação com argamassa com aditivo expensor.	M	1,00					17,95	17,95
6.	1.	3.	CHAPISCO de argamassa de cimento e areia grossa (1 : 3), aplicado com colher de pedreiro.	M2	8,00					20,13	161,04
6.	1.	4.	MASSA ÚNICA de argamassa de cimento, cal e areia média (1:2:8), aplicada manualmente, espessura 2 cm.	UNID.	8,00					110,21	881,68
6.	2.		PISO								
6.	2.	1.	CONTRAPISO em argamassa de cimento e areia, 1:4, preparo em betoneira, espessura 4 cm.,	M2	5,57					80,20	446,71
6.	2.	2.	SOLEIRA de porcelanato polido retificado, 50x50 cm, ref. comercial Eliane, modelo NERO, inclusive rejuntamento.	M	0,29					159,99	46,40
6.	2.	3.	PORCELANATO polido retificado, 50x50 cm, ref. comercial Eliane, modelo Bianco Plus, inclusive rejuntamento.	M²	5,57					147,71	822,74



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

APÊNDICE II – PREÇO MÁXIMO ACEITÁVEL E MODELO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

SERVIÇOS E MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA A COMPLETA EXECUÇÃO DO OBJETO, DE ACORDO COM O TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS.

EMPRESA:		CNPJ:	
ENDEREÇO:			
CEP:	TELEFONE/FAX:		
DADOS BANCÁRIOS	BANCO:	AGÊNCIA:	CONTA:
REPRESENTANTE DA EMPRESA:		CELULAR:	E-MAIL:

Item			Descrição dos Serviços	UNID.	QUANT.	Material		Mão de Obra		PREÇO UNITARIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
						Unitário	Sub-Total	Unitário	Sub-Total		
6.	2.	4.	REINSTALAÇÃO de armário inteiro (balcão) de pia, incluindo roda pia de granito e metais sanitários	UNID.	1,00					232,95	232,95
6.	3.		REVESTIMENTO	M²							
6.	3.	1.	APLICAÇÃO DE TEXTURA com massa de grafiato N: 10 ou 12 (GRAMATURA MÉDIA), nas mesmas características das paredes adjacentes ao local de aplicação.	M²	8,00					104,64	837,12
6.	4.		FORRO								
6.	4.	1.	FORRO de fibra mineral (forro pacote), 60x60 cm, tegular, montado em perfis de aço galvanizado, fixado a laje de cobertura através de tirantes de aço. Resistente a fogo.	M²	5,57					105,44	587,30
6.	5.		PINTURA								
6.	5.	1.	APLICAÇÃO manual de fundo selador acrílico em parede interna, uma demão	M²	8,00					5,46	43,68
6.	5.	2.	PINTURA acrílica fosca sobre textura, 2 demãos. Ref. Comercial: Suvinil, cor Novaça.	M²	60,79					17,13	1.041,33
6.	6.		ILUMINAÇÃO								
6.	6.	1.	REDISTRIBUIÇÃO dos retornos e substituição de interruptor simples por um duplo, incluindo fiação sobressalente – fio 1,5 mm2 – 20 m.	UNID.	1,00					535,44	535,44
			Total parcial (R\$)								5.906,24
			Sub Total Reforma - - Torre I – Copa – 4º Pavimento.								6.300,68
LAMINADO MELAMÍNICO – GABINETE DR. RENATO GOES – 4º PAV. TORRE I											
7.			SERVIÇOS PRELIMINARES								
7.	1.		DEMOLIÇÕES E RETIRADAS								
7.	1.	1.	REMOÇÃO manual de lamina de madeira natural, espessura 2 mm, utilizando espátulas e soprador térmico.	M3	26,35					33,80	890,63
			Total parcial (R\$)								890,63
8.			ARQUITETURA								
8.	1.		REVESTIMENTO DE DIVISÓRIA E PILAR								
8.	1.	1.	LAMINADO melamínico, espessura 1,3 mm, referencia comercial: Nogueira Amendoado, coleção Matizes, marca Fórmica. Aplicado com cola de contato.	M2	15,60					715,53	11.162,27
8.	1.	2.	LAMINADO melamínico, espessura 0,8 mm, referencia comercial: Rochado, coleção Senses, marca Fórmica. Aplicado com cola de contato.	M2	10,75					546,46	5.874,45
			Total parcial (R\$)								17.036,72
			Sub Total Reforma - Laminado Melamínico – Gab. Dr. Renato Goes								17.927,35
LAMINADO MELAMÍNICO – GABINETE DR. WALMOR – 6º PAV. TORRE I											
9.			SERVIÇOS PRELIMINARES								
9.	1.		DEMOLIÇÕES E RETIRADAS								
9.	1.	1.	REMOÇÃO manual de lamina de madeira natural, espessura 2 mm, utilizando espátulas e soprador térmico.	M3	26,35					33,80	890,63
			Total parcial (R\$)								890,63
10.			ARQUITETURA								
10.	1.		REVESTIMENTO DE DIVISÓRIA E PILAR								



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

APÊNDICE II – PREÇO MÁXIMO ACEITÁVEL E MODELO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

SERVIÇOS E MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA A COMPLETA EXECUÇÃO DO OBJETO, DE ACORDO COM O TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS.

EMPRESA:		CNPJ:	
ENDEREÇO:			
CEP:	TELEFONE/FAX:		
DADOS BANCÁRIOS	BANCO:	AGÊNCIA:	CONTA:
REPRESENTANTE DA EMPRESA:		CELULAR:	E-MAIL:

Item	Descrição dos Serviços	UNID.	QUANT.	Material		Mão de Obra		PREÇO UNITARIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
				Unitário	Sub-Total	Unitário	Sub-Total		

PREÇO MÁXIMO ACEITÁVEL para cada item e subitem da planilha.

$$BDI = [(1/(1-IMP))*(1+RIS)*(1+DF)*(1+ADM)*(1+LB) - 1] \times 100$$

BDI = _____ %(*)	
1 – Bonificação – Lucro Bruto (LB) (*)	
2 – Administração Central (ADM) (*)	%
3 – Impostos e taxas (IMP) (**) - somatório dos itens 3.1, 3.2 e 3.3	%
3.1 – PIS (**)	%
3.2 – ISS sobre M.O. (**)	%
3.3 – COFINS (**)	%
4 – Despesas financeiras e seguros (DF)	%
5 – Riscos e imprevistos (RIS)	%
BDI	%
(*) A critério da Licitante. (**) Conforme legislação local.	

Prazo de validade da proposta: 60 (sessenta) dias contados da data de entrega da proposta

(representante da empresa)

DATA:....., de..... de 2026.

Assinatura

PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

APÊNDICE III – CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR	MÊS 1	MÊS 2	TOTAL
01	REFORMA PAVIMENTO TÉRREO – TORRE 1 – DISOT E SGD	R\$ 26.360,26	5.272,05	21.088,21	26.360,26
			20,00%	80,00%	100,00%
02	REFORMA COPA – TORRE I - 4º PAVIMENTO	R\$ 6.300,68	0,00	6.300,68	6.300,68
			0,00%	100,00%	100,00%
03	SUBSTITUIÇÃO DOS MELAMÍNICOS NOS GABINETES – QUARTO E SEXTO PAVIMENTOS – TORRE 1	R\$ 36.666,05	29.332,84	7.333,21	36.666,05
			80,00%	20,00%	100,00%
04	GABINETE DO PROCURADOR CHEFE- TROCA DE PORTA	R\$ 8.462,10	1.692,42	6.769,68	8.462,10
			20,00%	80,00%	100,00%
05	SERVIÇOS COMPLEMENTARES	R\$ 9.624,20	4.812,10	4.812,10	9.624,20
			50,00%	50,00%	100,00%
TOTAL ACUMULADO		R\$ 87.413,29	41.109,41	46.303,88	87.413,29
			47,03%	52,97%	100,00%



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

Divisão de Engenharia e Arquitetura

COMPOSIÇÕES ANALÍTICAS – DEA PRSC						
COMPOSIÇÃO 001	Aplicação de textura	M2	Custo Unitário	Coeficiente	Total	C/ BDI
034546 INSUMO	MASSA PARA TEXTURA RUSTICA DE BASE ACRILICA, USO INTERNO E EXTERNO	KG	6,79	3,000	20,37	25,46
88309 SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	35,59	1,000	35,59	44,49
88242 SINAPI	AJUDANTE DE PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	27,75	1,000	27,75	34,69
Total						104,64
COMPOSIÇÃO 002	Redistribuição dos retornos de iluminação	Unid.	Custo Unitário	Coeficiente	Total	C/ BDI
88264 SINAPI	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	46,02	4,000	184,08	230,10
88247 SINAPI	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	28,30	4,000	113,20	141,50
91958 SINAPI	INTERRUPTOR COM DUAS SEÇÕES	Unid.	44,67	1,000	44,67	55,84
91925 SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 1,5 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS	M	4,32	20,000	86,40	108,00
Total						535,44
COMPOSIÇÃO 003	Laminado melamínico no gabinete Dr. Renato – DIVISÓRIA	Unid.	Custo Unitário	Coeficiente	Total	C/ BDI
88273 SINAPI	MARCENEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	34,95	3,000	104,85	131,06
88243 SINAPI	AJUDANTE ESPECIALIZADO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	27,04	3,000	81,12	101,40
PESQUISA DE MERCADO	CASCOLA EXTRA - HENKEL – À BASE DE POLICLOROPRENO – REFE. COMERCIAL ALMAFLEX 200 DA ALMATA	KG	60,35	0,300	18,11	22,64
91958 SINAPI	CHAPA DE LAMINADO MELAMÍNICO 308X105 CM, ESPESSURA 1.3 MM, NOGAL AMENDOADO, COLEÇÃO MATIZES, MARCA FÓRMICA.	M2	263,10	1,400	368,34	460,43
Total						715,53
COMPOSIÇÃO 004	Laminado melamínico no gabinete Dr. Renato – PILAR	Unid.	Custo Unitário	Coeficiente	Total	C/ BDI
88273 SINAPI	MARCENEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	34,95	3,000	104,85	131,06
88243 SINAPI	AJUDANTE ESPECIALIZADO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	27,04	3,000	81,12	101,40
PESQUISA DE MERCADO	CASCOLA EXTRA - HENKEL – À BASE DE POLICLOROPRENO – REFE. COMERCIAL ALMAFLEX 200 DA ALMATA	KG	60,35	0,300	18,11	22,64
91958 SINAPI	CHAPA DE LAMINADO MELAMÍNICO 308X105 CM, ESPESSURA 0.8 MM, ROCHEDO, COLEÇÃO SENSES, MARCA FÓRMICA.	M2	166,49	1,400	233,09	291,36
Total						546,46
COMPOSIÇÃO 005	Laminado melamínico no gabinete Dr. Walmor – DIVISÓRIA	Unid.	Custo Unitário	Coeficiente	Total	C/ BDI
88273 SINAPI	MARCENEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	34,95	3,000	104,85	131,06
88243 SINAPI	AJUDANTE ESPECIALIZADO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	27,04	3,000	81,12	101,40
PESQUISA DE MERCADO	CASCOLA EXTRA - HENKEL – À BASE DE POLICLOROPRENO – REFE. COMERCIAL ALMAFLEX 200 DA ALMATA	KG	60,35	0,300	18,11	22,64
91958 SINAPI	CHAPA DE LAMINADO MELAMÍNICO 308X105 CM, ESPESSURA 1.3. MM, NOGAL AMENDOADO, COLEÇÃO MATIZES, MARCA FÓRMICA.	M2	292,82	1,400	409,95	512,44
Total						767,54
COMPOSIÇÃO 006	Laminado melamínico no gabinete Dr. Walmor – PILAR	Unid.	Custo Unitário	Coeficiente	Total	C/ BDI
88273 SINAPI	MARCENEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	34,95	3,000	104,85	131,06
88243 SINAPI	AJUDANTE ESPECIALIZADO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	27,04	3,000	81,12	101,40
PESQUISA DE MERCADO	CASCOLA EXTRA - HENKEL – À BASE DE POLICLOROPRENO – REFE. COMERCIAL ALMAFLEX 200 DA ALMATA	KG	60,35	0,300	18,11	22,64
91958 SINAPI	CHAPA DE LAMINADO MELAMÍNICO 308X105 CM, ESPESSURA 0.8 MM, ROCHEDO, COLEÇÃO SENSES, MARCA FÓRMICA.	M2	166,49	1,400	233,09	291,36
Total						546,46
COMPOSIÇÃO 007	Porta Acústica de Madeira 210x90 cm, espessura 60mm	Unid.	Custo Unitário	Coeficiente	Total	C/ BDI
88261 SINAPI	CARPINTEIRO DE ESQUADRIA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	35,43	4,000	141,72	177,15
88316 SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	25,74	4,000	102,96	128,70
PESQUISA DE MERCADO	PORTA ACUSTICA DE MADEIRA, 210X90CM, ESPESSURA 60MM, INCLUINDO MARCO COM BATENTE DUPLO COM AMORTECEDOR DE BORRACHA, ACABAMENTO EM MELAMÍNICO ALTO BRILHO (COR A SER DEFINIDA PELA FISCALIZAÇÃO), DOBRADIÇAS E DEMAIS MATERIAS PARA A PERFEITA INSTALAÇÃO (EXCETO FECHADURA)	Unid.	6460,00	1,000	6460,00	8.075,00
Total						8.380,85

Evaldo Hildebrando Cardoso Neto
Analista do MPU / Perícias /Eng. Civil
DEA – Divisão de Engenharia e Arquitetura
CREA SC 79.241-0



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA
ORÇAMENTO REFERÊNCIA

SERVIÇOS E MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA A COMPLETA EXECUÇÃO DO OBJETO, DE ACORDO COM O TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS.

Item	Descrição dos Serviços			UNID.	QUANT.	Material		Mão de Obra		PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)	REFERÊNCIA
						Unitário	Sub-Total	Unitário	Sub-Total			
2.	5.	1.	APLICAÇÃO manual de fundo selador acrílico em parede interna, duas demão (nas paredes executadas).	M²	36,19					5,46	197,60	88485 SINAPI
2.	5.	2.	APLICAÇÃO e lixamento de massa látex PVA em PAREDE, duas demãos (nas paredes executadas).	M²	36,19					26,98	976,41	88497 SINAPI
2.	4.	3.	APLICAÇÃO manual de pintura com tinta látex acrílica em paredes, duas demãos.	M²	147,29					17,13	2.523,08	88489 SINAPI
2.	5.	4.	FUNDO selador ACRILICO ambientes internos, TETO, uma demão (nos forros de gesso acartonados executados).	M²	15,06					6,94	104,52	88484 SINAPI
2.	5.	5.	APLICAÇÃO e lixamento de massa látex em TETO, duas demãos (nos forros de gesso acartonados executados).	M2	15,06					48,54	731,01	88496 SINAPI
2.	5.	6.	PINTURA acrílica fosca sobre TETO, 2 demãos. Ref. Comercial: Suvinil, cor BRANCA.	M²	59,77					20,74	1.239,63	88488 SINAPI
2.	4.	7.	PINTURA com 3 demãos de STAIN, cor Nogueira (folha da porta, rodapé, marco e guarnições). Ref. Comercial: Osmocolor.	M²	22,68					45,40	1.029,67	102223 SINAPI
3.			INSTALAÇÕES ELÉTRICAS									
3.	1.		LUMINÁRIA E ACESSÓRIOS									
3.	1.	1.	REALOCUÇÃO de luminárias, incluindo fornecimento fiação sobressalente e um interruptor para redistribuição dos retornos.	UNID.	2,00					535,44	1.070,88	COMPOSIÇÃO 002
3.	1.	2.	CONJUNTO de um INTERRUPTOR simples, 10A e uma TOMADA 10A 2P+T, incluindo suporte e placa de encaixe branca, ref. PIAL PLUS, Legrand ou equivalente aprovado pela fiscalização.	UNID.	1,00					83,23	83,23	92023 SINAPI
3.	1.	3.	TOMADA elétrica de embutir com 1 módulo, 2P+T, 10A, tampa de encaixe de PVC branca, Ref. PIAL Legrand, incluindo suporte e placa (completa)	UNID.	1,00					58,21	58,21	91996 SINAPI
3.	1.	4.	TOMADA elétrica de embutir com 2 módulos, 2P+T, 10A, tampa de encaixe de PVC branca, Ref. PIAL Legrand, incluindo suporte e placa (completa)	UNID.	3,00					78,29	234,87	92008 SINAPI
3.	1.	5.	INTERRUPTOR simples, 10A, incluindo suporte e placa de encaixe branca, ref. PIAL PLUS, Legrand ou equivalente aprovado pela fiscalização.	UNID.	1,00					48,91	48,91	91953 SINAPI
3.	2.		PROTEÇÃO MECÂNICA									
3.	2.	1.	ELETRODUTO rígido roscável de PVC, 32 mm(1"), incluindo acessórios, caixas e fixadores.	M	15,00					15,10	226,50	91864 SINAPI
3.	2.	2.	ELETRODUTO flexível corrugado reforçado de PVC, 25mm 3/4", incluindo acessórios e caixas.	M	30,00					8,98	269,40	91834 SINAPI
3.	3.		CONDUTORES									
3.	3.	1.	CABO flexível 2,5 mm2, com revestimento em PVC, 750 V, ref. Pirelli. (cor preta, azul e verde)	M	120,00					5,18	621,60	91926 SINAPI
			Total parcial (R\$)								23.679,43	
4.			INSTALAÇÕES DE CABEAMENTO ESTRUTURADO									
4.	1.		CABEAMENTO									
4.	1.	1.	CABO UTP Cat .6 – 4P Azul – fornecimento e instalação	M	160,00					4,54	726,40	98297 SINAPI
4.	2.		DISPOSITIVO DE CABEAMENTO – SOBREPOR									
4.	2.	1.	TOMADA de lógica, incluindo caixa 2x4" para Drywall, espelho de encaixe e um conector fêmea RJ45. Ref. PIAL Plus, Legrand ou equivalente aprovado pela fiscalização.	UNID.	4,00					56,16	224,64	98307 SINAPI
4.	3.		PROTEÇÃO MECÂNICA									
4.	3.	1.	ELETRODUTO de PVC rígido roscável, 25mm (3/4"), incluindo acessórios e fixadores na laje.	M	18,00					12,08	217,44	91863 SINAPI
4.	4.		CERTIFICAÇÃO DIGITAL									
4.	4.	1.	Certificação dos pontos lógicos novos, conforme padrão exigido na NBR 14565, incluindo todos os testes previstos em norma. O relatório final deverá ser enviado a fiscalização em formato digital	UNID.	1,00					600,00	600,00	91863 SINAPI



Item			Descrição dos Serviços	UNID.	QUANT.	Material		Mão de Obra		PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)	REFERÊNCIA
						Unitário	Sub-Total	Unitário	Sub-Total			
			Total parcial (R\$)								1.768,48	
			Sub Total Reforma - DISOT/SGD								26.360,26	
REFORMA COPA – TORRE I - 4º PAVIMENTO												
5.			SERVIÇOS PRELIMINARES									
5.	1.		DEMOLIÇÕES E RETIRADAS									
5.	1.	1.	DEMOLIÇÃO de alvenaria de blocos furados, sem reaproveitamento.	M3	0,91					86,39	78,61	97622 SINAPI
5.	1.	2.	REMOÇÃO manual de revestimento cerâmico, sem reaproveitamento.	M2	5,57					35,08	195,40	97633 SINAPI
5.	1.	3.	REMOÇÃO e reinstalação de armário inteiro (balcão) de pia, incluindo roda pia e tampo de granito e metais e conexões sanitárias.	UNID.	1,00					76,29	76,29	88273 + 88248 SINAPI
5.	1.	4.	REMOÇÃO de porta, incluindo guarnição e marco de madeira, de forma manual.	M2	1,85					14,71	27,21	97644 SINAPI
5.	1.	5.	REMOÇÃO de forro mineral	M2	5,57					3,04	16,93	97640 SINAPI
			Total parcial (R\$)								394,44	
6.			ARQUITETURA									
6.	1.		VEDAÇÃO									
6.	1.	1.	ALVENARIA de blocos cerâmicos furados, espessura 14 cm.	M2	1,85					136,16	251,90	103354 SINAPI
6.	1.	2.	ENCUNHAMENTO (fixação) de alvenaria de vedação com argamassa com aditivo expansor.	M	1,00					17,95	17,95	93200 SINAPI
6.	1.	3.	CHAPISCO de argamassa de cimento e areia grossa (1 : 3), aplicado com colher de pedreiro.	M2	8,00					20,13	161,04	87887 SINAPI
6.	1.	4.	MASSA ÚNICA de argamassa de cimento, cal e areia média (1:2:8), aplicada manualmente, espessura 2 cm.	UNID.	8,00					110,21	881,68	87825 SINAPI
6.	2.		PISO									
6.	2.	1.	CONTRAPISO em argamassa de cimento e areia, 1:4, preparo em betoneira, espessura 4 cm.,	M2	5,57					80,20	446,71	87642 SINAPI
6.	2.	2.	SOLEIRA de porcelanato polido retificado, 50x50 cm, ref. comercial Eliane, modelo NERO, inclusive rejuntamento.	M	0,29					159,99	46,40	98689 SINAPI
6.	2.	3.	PORCELANATO polido retificado, 50x50 cm, ref. comercial Eliane, modelo Bianco Plus, inclusive rejuntamento.	M²	5,57					147,71	822,74	87262 SINAPI
6.	2.	4.	REINSTALAÇÃO de armário inteiro (balcão) de pia, incluindo roda pia de granito e metais sanitários	UNID.	1,00					232,95	232,95	88273 + 88248 SINAPI
6.	3.		REVESTIMENTO	M²								
6.	3.	1.	APLICAÇÃO DE TEXTURA com massa de grafiato N: 10 ou 12 (GRAMATURA MÉDIA), nas mesmas características das paredes adjacentes ao local de aplicação.	M²	8,00					104,64	837,12	COMPOSIÇÃO 001
6.	4.		FORRO									
6.	4.	1.	FORRO de fibra mineral (forro pacote), 60x60 cm, tegular, montado em perfis de aço galvanizado, fixado a laje de cobertura através de tirantes de aço. Resistente a fogo.	M²	5,57					105,44	587,30	96114 SINAPI
6.	5.		PINTURA									
6.	5.	1.	APLICAÇÃO manual de fundo selador acrílico em parede interna, uma demão	M²	8,00					5,46	43,68	88485 SINAPI
6.	5.	2.	PINTURA acrílica fosca sobre textura, 2 demãos. Ref. Comercial: Suvinil, cor Novaça.	M²	60,79					17,13	1.041,33	88489 SINAPI
6.	6.		ILUMINAÇÃO									
6.	6.	1.	REDISTRIBUIÇÃO dos retornos e substituição de interruptor simples por um duplo, incluindo fiação sobressalente – fio 1,5 mm2 – 20 m.	UNID.	1,00					535,44	535,44	COMPOSIÇÃO 002
			Total parcial (R\$)								5.906,24	
			Sub Total Reforma - - Torre I – Copa – 4º Pavimento.								6.300,68	



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA
ORÇAMENTO REFERÊNCIA

SERVIÇOS E MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA A COMPLETA EXECUÇÃO DO OBJETO, DE ACORDO COM O TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS.

Item	Descrição dos Serviços			UNID.	QUANT.	Material		Mão de Obra		PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)	REFERÊNCIA
						Unitário	Sub-Total	Unitário	Sub-Total			
11.	2.	1.	PORTA ACÚSTICA de madeira, 210x90cm, espessura 60mm, incluindo marco com batente duplo e amortecedor de borracha, acabamento em laminado melamínico alto brilho (cor a ser definida pela fiscalização), dobradiças e demais materiais a perfeita instalação (exceto fechadura). A fechadura biométrica será fornecida pela PRSC e instalada pela contratada. REFERÊNCIA COMERCIAL: Sonar Acústicos Estrutura interna robusta com madeira maciça, chapas de MDF de 15 mm, lâ de rocha de alta densidade (96kg/m³) e manta de borracha Lamix (densidade 1660kg/m³) garantem um bloqueio sonoro eficaz. Conjunto Completo: Fechadura de alta qualidade, quatro dobradiças com rolamento, batente, guarnições para ambos os lados e borrachas de vedação acústica garantem uma instalação prática e funcional	UNID.	1,00					8.380,85	8.380,85	COMPOSIÇÃO 007
			Total parcial (R\$)								8.462,10	
			Sub Total Reforma – GABINETE PR CHEFE								8.462,10	
SERVIÇOS COMPLEMENTARES												
12.			SERVIÇOS FINAIS									
12.	1.		LIMPEZA DA OBRA									
12.	1.	1.	CARGA manual de entulho em caminhão basculante 6 m3	UNID.	2,00					400,00	800,00	Pesquisa de mercado
12.	2.		LICENÇAS E TAXAS.									
12.	2.	1.	Engenheiro Civil ou Arquiteto PLENO, com assinatura de responsabilidade técnica no órgão correlato – acompanhamento 6 horas/semana.	MÊS	2,00					4.412,10	8.824,20	CREA/SC
			Total parcial (R\$)								9.624,20	
			Sub Total Serviço Complementares								9.624,20	
			TOTAL GERAL COM BDI (R\$)								87.413,29	

PREÇO MÁXIMO ACEITÁVEL para cada item e subitem da planilha.

Referências:

Bonificações e Despesas Indiretas – BDI: 25%, conforme ACORDÃO 2622/2013 do Tribunal de Contas da União – TCU, para obras de construção de edificações.

Encargos Sociais sobre mão de obra: 114,47% para horista e 71,03% para mensalista, conforme SINAPI mês 02/2026. Emissão: 13/03/2026. Localidade – Florianópolis. Mão de obra SEM desoneração.

DATA: 27 de março de 2026.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 05/2026
ANEXO II – MODELOS DE PROPOSTA E DECLARAÇÕES

À Procuradoria da República em Santa Catarina – PR/SC

1 - PROPOSTA

Ite m	Descrição	Quanti dade	Valor Total (R\$)
1	Serviço de realização de pequenas adequações arquitetônicas internas na sede do Ministério Público Federal - MPF, localizada no Edifício Luiz Elias Daux, avenida Paschoal Apóstolo Pitsica, 4876, Agrônoma, Florianópolis – SC, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.	1	

Valor Total do Grupo: R\$ _____, ____

Validade da Proposta: ____ / ____ / 2026 (mínimo 60 DIAS)

2 - DOCUMENTOS COMPLEMENTARES A PROPOSTA

2.1 Esta proposta é acompanhada da seguinte documentação complementar:

- 2.1.1 Planilha Orçamentária ([Preço Máximo Aceitável e Modelo para Apresentação de Proposta](#)), conforme modelo disponível no Apêndice II do Termo de Referência, em formato PDF e editável;
- 2.1.2 [Cronograma Fisico-Financeiro](#), conforme modelo disponível no Apêndice III do Termo de Referência, em formato PDF e editável.
- 2.1.3 Declaração de Regularidade – Resolução CNMP Nº 37/2009;
- 2.1.4 Declaração de Regularidade Social;
- 2.1.5 Declaração Por Não Ultrapassar a Receita Bruta Máxima Admitida para Enquadramento como EPP;
- 2.1.6 Declaração de Optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições Devidos Pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) **(Se for o caso)**

3 - DECLARAÇÕES

- 3.1 Declaramos que tomamos conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação
- 3.2 Declaramos que examinamos, conhecemos e nos submetemos a todas as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e nos seus anexos, bem como verificamos todas as especificações neles contidas, não havendo nenhuma discrepância entre quaisquer informações e/ou documentos que dele fazem parte, e estamos cientes de todas as condições que possam de qualquer forma influir



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

nos custos, assim como de qualquer despesa relativa à realização integral de seu objeto, assumindo total responsabilidade pelas informações, erros ou omissões existentes nesta proposta.

4 - DADOS DO PROPONENTE

Empresa:				
CNPJ:				
Representante Legal da Empresa:				
Endereço:				
Cidade:		Estado:	CEP:	
Telefone:		E-Mail:		
Banco (Nome e Código):				
Conta Corrente:	Agência (Código):		Praça:	
MEI, ME ou EPP	() MEI	() ME	() EPP	() OUTRO PORTE
Optante do Simples:	() SIM**		() NÃO	

(*) Caso seja optante pelo Simples, anexar Declaração conforme modelo constante no Anexo V – (DECLARAÇÃO A SER APRESENTADA PELA PESSOA JURÍDICA CONSTANTE DO INCISO XI DO ART. 4º) – Instrução Normativa Nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

_____, ____ de _____ de 2026.

Nome do Responsável/Assinatura/cargo



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 05/2026

ANEXO III - DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE – RESOLUÇÃO CNMP Nº 37/2009

IDENTIFICAÇÃO

NOME EMPRESA:

CNPJ:

NOME DECLARANTE:

CPF:

CARGO:

DECLARO, nos termos do art. 3º da Resolução nº 37, de 28.4.2009 do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, para fins de contratação junto à Procuradoria da República em Santa Catarina, que:

() os sócios desta empresa, bem como seus gerentes e diretores **não são** cônjuges, companheiros(as) ou parentes, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

() os sócios desta empresa, bem como seus gerentes e diretores **são** cônjuges, companheiros(as) ou parentes, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, abaixo identificado(s):

Nome do membro ou servidor:

Cargo:

Órgão de Lotação:

Grau de Parentesco:

Por ser verdade, firmo a presente, sob as penas da lei.

_____, ____ de _____ de 2026.

Nome do Responsável/Assinatura



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 05/2026

ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE SOCIAL

IDENTIFICAÇÃO

NOME EMPRESA:

CNPJ:

NOME DECLARANTE:

CPF:

CARGO:

DECLARO, para fins de contratação junto à Procuradoria da República em Santa Catarina, que esta empresa, bem como seus dirigentes:

() Não ter sido condenada, a licitante ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação, em todas as suas formas, por motivos de raça, gênero e outros, conforme dispõe:

- a Constituição Federal de 1988 em seu inciso IV do art. 3º; inciso I do art. 5º; e
- os arts. 38 e 39 do Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010.

() Não explorar o trabalho infantojuvenil, em atenção ao que dispõe:

- o inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988;
- o Título III do Capítulo IV do Decreto-Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943 (CLT);
- os arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069, de 19 de julho de 1990 (ECA);
- a Lei nº 8.069, de 19 de julho de 1990;
- o Decreto nº 6.841, de 12 de junho de 2008, o qual trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação.

() Não ter sido condenada, a empresa ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988, nos arts. 149, 203 e 207 do Código Penal (dispositivos que tratam do trabalho análogo ao de escravo e tráfico de pessoas para esse fim), Decreto nº 5.017/2004, que promulga o Protocolo de Palermo e as convenções OIT 29 e 105.

Por ser verdade, firmo a presente, sob as penas da lei.

_____, ____ de _____ de 2026.

Nome do Responsável/Assinatura



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 05/2026

ANEXO V - DECLARAÇÃO POR NÃO ULTRAPASSAR A RECEITA BRUTA MÁXIMA
ADMITIDA PARA ENQUADRAMENTO COMO EPP

IDENTIFICAÇÃO

NOME EMPRESA:

CNPJ:

NOME DECLARANTE:

CPF:

CARGO:

DECLARO, para fins de contratação junto à Procuradoria da República em Santa Catarina, que esta empresa, no ano-calendário de realização da presente contratação direta, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

Por ser verdade, firmo a presente, sob as penas da lei.

_____, ____ de _____ de 2026.

Nome do Responsável/Assinatura



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 05/2026

**ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE OPTANTE PELO REGIME ESPECIAL UNIFICADO DE
ARRECAÇÃO DE TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES DEVIDOS PELAS
MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (SIMPLES NACIONAL)**

A Procuradoria da República em Santa Catarina

(Nome da empresa), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº xxxxxxxxxxxx, DECLARA à Procuradoria da República em Santa Catarina, para fins de não incidência na fonte do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e da Contribuição para o PIS/Pasep, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - preenche os seguintes requisitos:

a) conserva em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;

b) cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente;

II - o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à entidade pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação destas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, juntamente com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

_____, ____ de _____ de 2026.

Nome do Responsável/Assinatura



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

MINUTA

TERMO DE CONTRATO Nº xx/2026

**QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR
INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO FEDERAL E A EMPRESA
XXXXXXXXXX.**

A União, por intermédio da **Procuradoria da República em Santa Catarina**, com sede na Rua Paschoal Apóstolo Pitsica, nº 4876, Edifício Luiz Elias Daux, Bairro Agrônômica – Florianópolis/SC, CEP 88025-255, e-mail prsc-contratos@mpf.mp.br, inscrita no CNPJ nº 26.989.715/0029-03, neste ato representada pelo Secretário Estadual Maximiliano Eller, matrícula funcional nº 20787, nomeado pela Portaria nº 326, de 04 de agosto de 2014, publicada no DOU de 06 de agosto de 2014, ou, na sua impossibilidade, pelo Secretário Estadual Substituto Adriano Bernardi Pereira Duarte, matrícula funcional nº 12100, nomeado pela Portaria nº 339, de 07 de agosto de 2014, publicada no DOU de 14 de agosto de 2014, pelas delegações de atribuições da Portaria PR/SC nº 482, de 05 de setembro de 2023, publicada no DMPF-E de 12 de setembro de 2023, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa, *inscrita no CNPJ/MF nº, sediada na, doravante designado CONTRATADA, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos*, tendo em vista o que consta no Processo nº 1.33.000.000866/2026-61 e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente *de Dispensa de Licitação n. .../...*, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 Contratação de serviços de pequenas adequações arquitetônicas internas, na Procuradoria da República em Santa Catarina, nos termos do Termo de Referência e seus apêndices (projeto e cronograma físico-financeiro) e conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Parágrafo Único - Este Termo de Contrato vincula-se ao Aviso de Dispensa de Licitação e ao Termo de Referência, identificados no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1 O prazo de vigência da contratação é de 12 meses, contados **a partir do dia** ____/____/2026, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

Parágrafo Primeiro – Dentro da vigência do contrato estão previstos todos os serviços, não apenas os serviços de entrega, mas também as demais obrigações e prazos contidos no Termo de Referência, bem como os procedimentos de recebimentos provisório e definitivo. Destaca-se que os serviços contratados só poderão ser executados durante a vigência do contrato, não restando nenhuma obrigação para as partes contratantes após o término da vigência contratual.

CLÁUSULA TERCEIRA – ESPECIFICAÇÕES, REQUISITOS, MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1 As especificações, os requisitos, o regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto, conforme Subitem 4.3 do termo de referência.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1 O valor do contrato é de **XXXXXX (xxxxxxxxxxxxxxxxxx)**.

Parágrafo Único - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE

6.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data da proposta, em **xx/xx/2026**.

6.2. Após o interregno de um ano da data do orçamento referenciado no subitem 6.1, o Contratante deverá iniciar o procedimento para reajuste do valor do contrato, mediante a aplicação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA, exclusivamente para as

obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, cientificando a Contratada do início da instrução.

6.2.1 Nos reajustes subsequentes, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.2.2 Não iniciado o procedimento de reajuste pela Contratante, compete à contratada solicitar o reajuste até o mês de aniversário da data do orçamento inicial ou, no caso dos reajustes subsequentes, da data dos efeitos financeiros do reajuste anterior, devendo a contratada suportar o ônus da ausência do reajuste em período equivalente a sua inércia.

6.2.3 Mediante negociação entre as partes, e tendo como limite máximo a variação do índice definido no subitem 6.2, poderá haver a renúncia, total ou parcial, por parte da contratada, do percentual a ser reajustado.

6.2.3.1 Em caso de ausência de manifestação da Contratada sobre a negociação do reajuste, será concedido o percentual definido pelo Contratante.

6.3 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante poderá pagar ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.4 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.5 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.6 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.7 O reajuste poderá ser concedido por apostilamento ou mediante termo aditivo, quando coincidente com a sua instrução e conveniente para a Administração.

6.8 As disposições previstas nesta cláusula não impedem a negociação entre os contratantes, a qualquer tempo, a fim de se estabelecer valores mais vantajosos para a Administração, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA– DO FATURAMENTO E DO PAGAMENTO

7.1 A forma de faturamento e o prazo para pagamento à CONTRATADA, bem como as demais condições encontram-se definidos no Termo de Referência.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1 As obrigações do CONTRATANTE constam no tópico 6 do Termo de Referência.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATADA constam no tópico 7 do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1 A CONTRATADA, atuando na condição de operador, adere à Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do Ministério Público Federal e se compromete a cumprir a legislação de proteção de dados pessoais, especialmente a Lei Geral de Proteção de Dados brasileira (Lei Federal nº 13.709/2018), o Marco Civil da Internet (Lei Federal nº 12.965/14) e demais regulamentos emitidos pelas autoridades competentes.

10.2 No tratamento de dados pessoais que lhe forem confiados pela CONTRATANTE, a CONTRATADA se obriga a:

- a. realizar o tratamento de dados pessoais estritamente para as finalidades estabelecidas neste Contrato, observando fielmente as diretrizes e instruções transmitidas pelo Ministério Público Federal;
- b. adotar medidas técnicas e administrativas adequadas de segurança que garantam a inviolabilidade, a confidencialidade, a disponibilidade e a integridade dos dados pessoais, nos termos definidos na legislação, em normas administrativas do Ministério Público Federal e nos instrumentos contratuais, tais como:
 - (i) mecanismos de autenticação de acesso aos registros, como sistemas de autenticação dupla para assegurar a individualização do responsável pela atividade;
 - (ii) anonimização, pseudonimização e encriptação dos dados pessoais, quando aplicável;
 - (iii) recursos que permitam a restauração da disponibilidade e do acesso aos dados pessoais de forma rápida em caso de incidente; e
 - (iv) processo de verificação contínua da implementação das referidas medidas técnicas e organizacionais;
- c. manter os registros de tratamento de dados pessoais que realizar, com condições de rastreabilidade e de fornecer prova eletrônica a qualquer tempo, contemplando os registros de conexão e de acesso a aplicações, o momento, a duração, a identidade do funcionário ou do responsável pelo acesso e o arquivo acessado;
- d. facultar acesso a dados pessoais somente em casos estritamente necessários e para pessoal autorizado e que tenha assumido compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados, devendo a prova do compromisso estar disponível em caráter permanente para exibição ao Ministério Público Federal em caso de solicitação;

- e. permitir a realização de auditorias, incluindo inspeções pelo Ministério Público Federal ou por quem por ele autorizado, e disponibilizar toda a informação necessária para demonstrar o cumprimento das obrigações estabelecidas;
- f. auxiliar, sempre que demandado pelo Ministério Público Federal, no atendimento de obrigações perante titulares de dados pessoais, autoridades competentes ou quaisquer outros legítimos interessados;
- g. comunicar de maneira formal e de forma imediata ao Encarregado de Proteção de Dados Pessoais do Ministério Público Federal, com tolerância de no máximo 48 (quarenta e oito) horas, a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo a titular de dados pessoais, evitando atrasos por conta de verificações ou inspeções, devendo a comunicação conter, no mínimo, as seguintes informações:
 - (i) data e hora do incidente;
 - (ii) data e hora da ciência pela CONTRATADA;
 - (iii) relação dos tipos de dados pessoais afetados pelo incidente;
 - (iv) quantidade de usuários afetados (volumetria do incidente) e, se possível, a relação desses indivíduos;
 - (v) dados de contato do Encarregado da CONTRATADA ou, não havendo Encarregado, a pessoa junto à qual seja possível obter mais informações sobre o ocorrido;
 - (vi) descrição das possíveis consequências do incidente;
 - (vii) medidas que estão sendo tomadas para a mitigação dos riscos.
- h. anonimizar ou devolver para o CONTRATANTE todos os dados pessoais que lhe foram confiados e descartar, de forma irrecuperável, as cópias, após a satisfação da finalidade respectiva ou o encerramento do tratamento por decurso de prazo ou por extinção de vínculo legal ou contratual;
- i. não transferir e/ou compartilhar com terceiros os dados pessoais tratados em razão da presente relação contratual, sem prévia autorização do Ministério Público Federal, assumindo todos os ônus decorrentes de qualquer compartilhamento que venha a realizar;
- j. registrar as atividades que envolvam transferência internacional de dados pessoais, indicando o país ou organização de destino e adotando as garantias necessárias para que a transferência seja realizada de acordo com a legislação de proteção de dados pessoais e as orientações da autoridade competente;

10.3 O CONTRATANTE pode requisitar, a qualquer tempo, informações a respeito do tratamento dos dados pessoais confiados à CONTRATADA, respeitando-se o sigilo empresarial e as demais proteções legais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não há exigência de garantia contratual conforme item 4.4, e seus subitens, do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. O Tópico 11 do Termo de Referência disciplina sobre infração e sanção administrativa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado ou quando finalizado a execução do objeto.

13.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

13.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

13.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.3.3. Indenizações e multas.

13.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, mediante a seguinte dotação:

(i) UG Executora 200058;

(ii) PTRES: 03062003142640001;

(iii) Plano Interno: MBASIC;

(iv) Natureza da Despesa: 339039-16;

(vi) Nota de Empenho nº 2026NE000xxx, de xx/xx/2026.

Parágrafo Único - A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1 Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

Parágrafo Primeiro - O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

Parágrafo Segundo - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

Parágrafo Terceiro – Nos termos do parágrafo único do artigo 131 da Lei nº 14.133, de 2021, eventual pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação, cuja resposta, por parte da CONTRATANTE, deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado da data do fornecimento da documentação, podendo ser prorrogado por igual período.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1 Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei 14.133, de 2021 e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1 O Foro da Justiça Federal, no Foro da cidade de Florianópolis, é o competente para dirimir quaisquer dúvidas que vierem a surgir no cumprimento das obrigações aqui estabelecidas, que não possam ser dirimidas administrativamente.

E, por estarem de pleno acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato, firmado pelas partes e as testemunhas abaixo, por meio de assinatura eletrônica, certificada pelo Sistema de Peticionamento Eletrônico do MPF.

Florianópolis, 00 de xx de 2026.

(assinatura eletrônica)

empresa

nome

Sócio administrador ou procurador

(assinatura eletrônica)

PROCURADORIA DA REPÚBLICA - SC

Maximiliano Eller

Secretário Estadual

TESTEMUNHAS:

(assinatura eletrônica)

Adelmo Biancato Alberton

Matrícula 23597

(assinatura eletrônica)

Matrícula